



Relatório de
Gestão
2022



RELATÓRIO DE GESTÃO 2022

Coren-PB



Relatório de Gestão do Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba (Coren-PB) – Ano referência: 2022

Este relatório tem como finalidade apresentar aos profissionais de enfermagem e à sociedade, de forma concisa, com foco estratégico e orientativo para o futuro, qual é a missão e visão institucional do Coren-PB, bem como quais foram os principais resultados alcançados na atuação junto a fiscalização, registro, normatização, julgamento (processo ético) e orientação do exercício profissional da enfermagem.

Este instrumento apresenta resultados, através das metas e iniciativas estratégicas alcançadas, mediante a execução do Plano Estratégico para o período de 2021 a 2024.



SUMÁRIO

MENSAGEM DA PRESIDENTE.....	página 5
CAPÍTULO 1 – Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo.....	página 7
CAPÍTULO 2 – Governança, Estratégia e Alocação de Recursos.....	página 16
CAPÍTULO 3 – Riscos, Oportunidades e Perspectivas.....	página 22
CAPÍTULO 4 – Resultados e Desempenhos da Gestão.....	página 24
CAPÍTULO 5 – Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis.....	página 56



MENSAGEM DA PRESIDENTE



Em 2022, o comportamento social atingiu um patamar mais próximo da normalidade após os anos anteriores que marcaram o ápice da pandemia de Covid-19. Sabemos que a enfermagem é primordial para a saúde da população, não sendo sua atividade restrita apenas a momentos endêmicos e pandêmicos, embora tenha sido o papel da enfermagem crucial no momento da pandemia.

No contexto pandêmico houve um aumento na contratação dos profissionais de enfermagem nos serviços de saúde, em especial nos anos de 2020 e 2021. No ano de 2022 sentimos o impacto das demissões de profissionais de enfermagem contratados para prestação de assistência no período pandêmico, bem como das demissões provenientes da vigência, mesmo que temporária, da Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022 que institui o piso salarial nacional do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira.

Diante dos diversos desafios impostos pela pouca valorização da categoria, o Coren-PB priorizou por assegurar à sociedade uma assistência de enfermagem ética, científica e de qualidade por meio da execução das iniciativas estratégicas do plano estratégico que serão apresentadas no decorrer desse relatório. Em especial, o ano de 2022 foi marcado pelo estímulo a autonomia do profissional de enfermagem.



No ano de 2022, tivemos 9.536 serviços acessados (protocolos gerados) através do nosso atendimento, incluindo inscrições, recadastramentos, cancelamentos, entre outros que serão descritos neste relatório e foram entregues 5.189 carteiras profissionais. Este relatório apresenta também os resultados atingidos no processo de trabalho da fiscalização, processo ético e demais departamentos dessa entidade de classe. Além disso, o presente documento evidencia as ações empreendidas pela gestão do Coren-PB durante o exercício de 2022 e demais procedimentos inerentes à competência do Coren-PB para cumprimento da sua missão institucional.

Boa leitura!

Rayra Maxiana Santos Beserra de Araújo
Presidente do Coren-PB | Gestão 2021-2023



CAPÍTULO 1 – Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

O Sistema Cofen-Coren's, criado pela Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, é constituído pelo conjunto das Autarquias Federais Fiscalizadoras do exercício da profissão de Enfermagem, e tem por finalidade a normatividade, disciplina e fiscalização do exercício da Enfermagem, e da observância de seus princípios éticos profissionais.

Cada Conselho é dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira, patrimonial, orçamentária e política, sem qualquer vínculo funcional ou hierárquico com os órgãos da Administração Pública direta ou indireta.

No atendimento de suas finalidades, o Sistema Cofen-Conselhos Regionais de Enfermagem exerce ações deliberativas, administrativas ou executivas, normativo regulamentares, contenciosas e disciplinares. O Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba, com sede em João Pessoa e jurisdição em todo o Estado da Paraíba, é unidade vinculada e subordinada ao Conselho Federal de Enfermagem.



Abrangência do COREN-PB | Fonte: Google Maps

As competências dos Conselhos Regionais estão elencadas no art. 15 da Lei Federal nº 5.905/73, sendo elas:

- Deliberar sobre inscrição no Conselho e seu cancelamento;
- Disciplinar e fiscalizar o exercício profissional, observadas as diretrizes gerais do Conselho Federal;



- Fazer executar as instruções e provimentos do Conselho Federal;
- Manter o registro dos profissionais com exercício na respectiva jurisdição;
- Conhecer e decidir os assuntos atinentes à ética profissional impondo as penalidades cabíveis;
- Elaborar a sua proposta orçamentária anual e o projeto de seu regimento interno e submetê-los à aprovação do Conselho Federal;
- Expedir a carteira profissional indispensável ao exercício da profissão, a qual terá fé pública em todo o território nacional e servirá de documento de identidade;
- Zelar pelo bom conceito da profissão e dos que a exerçam;
- Publicar relatórios anuais de seus trabalhos e a relação dos profissionais registrados;
- Propor ao Conselho Federal medidas visando à melhoria do exercício profissional;
- Fixar o valor da anuidade;
- Apresentar sua prestação de contas ao Conselho Federal, até o dia 28 de fevereiro de cada ano;
- Eleger sua diretoria e seus delegados eleitores ao Conselho Federal;
- Exercer as demais atribuições que lhes forem conferidas por esta Lei ou pelo Conselho Federal.

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Enfermagem são responsáveis, perante o poder público, pelo efetivo atendimento dos seus objetivos legais e da classe da enfermagem.

O planejamento estratégico do Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba (COREN-PB) foi concebido com fundamento na missão, visão e valores, uma vez que representam o alicerce para a estratégia da organização:

MISSÃO

Assegurar à sociedade uma assistência de enfermagem ética, científica e de qualidade por meio da fiscalização do exercício profissional.

VISÃO

Ser um Conselho valorizado pelos profissionais de enfermagem e pela sociedade por meio de excelência na prestação de serviços.

VALORES

Economicidade. Efetividade. Eficácia. Eficiência. Impessoalidade. Legalidade. Moralidade. Publicidade.



IDENTIFICAÇÃO DO COREN-PB

O Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba é um órgão subordinado ao Conselho Federal de Enfermagem.

Denominação Completa: Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba

Denominação Abreviada: Coren-PB

Natureza Jurídica: Autarquia.

CNPJ: 07.647.181/0001-91

Principal Atividade: Administração Pública em Geral

Telefones de contato: (83) 3221-8758 (whatsApp)

Endereço Eletrônico: corenpb@uol.com.br

Página Institucional: www.corenpb.gov.br

É possível acessar o portal do COREN-PB através do *QR-CODE* abaixo:



Endereço Postal: Avenida Maximiano de Figueiredo, 36, Centro, 3º andar, Empresarial Bonfim. João Pessoa (PB). CEP: 58013-470

Fonte: Controladoria do Coren-PB

QUEM E QUANTOS SOMOS

No Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba, encontram-se registrados 48.811 profissionais de enfermagem e 34 empresas de enfermagem e 28 Consultórios de enfermagem até dezembro de 2022:

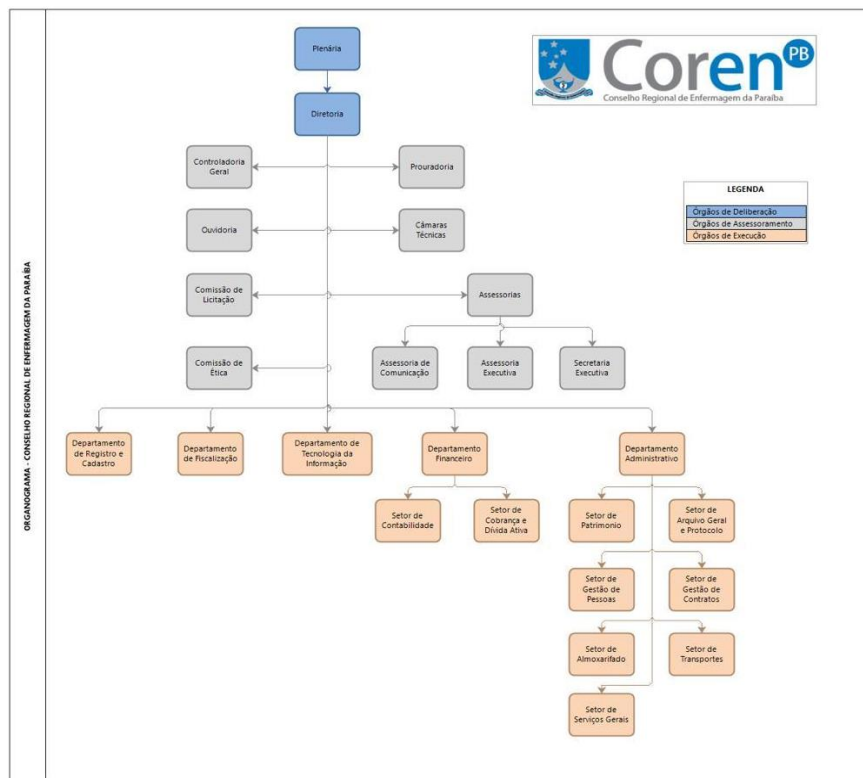
Quantitativo de profissionais de enfermagem inscritos.

TIPO DE INSCRIÇÃO	QUANTIDADE DE INSCRITOS
QI – ENFERMEIRO	16.062
QII – TÉCNICO DE ENFERMAGEM	29.602
QIII – AUXILIAR DE ENFERMAGEM	3.144
AT – ATENDENTE	4
EMPRESAS REGISTRADAS	34
CONSULTÓRIOS DE ENFERMAGEM	28
TOTAL GERAL DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM: 48.811	
TOTAL GERAL DE EMPRESAS REGISTRADAS: 34	
TOTAL GERAL DE EMPRESAS REGISTRADAS: 28	

Fonte: *Incorpware*



ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL DO COREN-PB



A força de trabalho do Coren-PB está constituída conforme a tabela abaixo e organizada conforme organograma institucional:

FORÇA DE TRABALHO DO COREN-PB

GESTÃO DE PESSOAS

A política de gestão de pessoas do Coren-PB é baseada no desenvolvimento profissional, valorização e qualificação contínua dos empregados públicos, o que se traduz em um de nossos objetivos estratégicos: Aprimorar as habilidades e competências dos empregados do Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba: com base no iniciativa estratégica de Perspectiva: Aprendizado e Crescimento, de acordo com os objetivos da entidade valorizando competências de longa duração, disponibilizando também cursos e formações de qualificação; acompanhando e desenvolver a integração dos colaboradores.

Descrição	Total
Conselheiros efetivos e suplentes	18
Empregados Públicos	40
Estagiários	15

Fonte: Controladoria e Recursos Humanos do COREN-PB



Além dos departamentos e setores, o Coren-PB possui comissões, câmaras técnicas e grupos de trabalho compostas por colaboradores, empregados públicos e comissionados designados por portarias:

Nome da comissão	Ato de criação
Comissão de instrução de processo ético	Resolução Cofen 370/2010
Comissão de licitação	Portaria Coren-PB nº 257 de 09 de Maio de 2022
Comissão de para dar suporte as áreas responsáveis por receber e apurar às denúncias relacionadas a implantação da Lei nº 14.434/2022.	Decisão Coren-PB nº 265, de 10 de agosto de 2022.
Comissão de monitoramento do Planejamento Estratégico	Portaria Coren-PB nº 25 de 07 de janeiro de 2022.
Comissão de desfazimento dos bens	Portaria Coren-PB nº 256 de 10 de Fevereiro de 2021
Comissão de Organizadora de eventos do Coren-PB	Portaria Coren-PB nº 89 de 01 de Fevereiro de 2022
Comissão da Semana da Enfermagem	Portaria Coren-PB nº 763 de 21 de Novembro de 2022
Comissão de Integridade	Portaria Coren-PB nº 316, de 07 de abril de 2021
Comissão da Lei de Acesso à Informação	Portaria Coren-PB nº 776, de 22 de novembro de 2022.

Câmara Técnica de Atenção à saúde (CTAS)	Decisão Coren-PB nº 323, de 29 julho de 2021 e Portaria Coren-PB nº 813 de 29 de novembro de 2021
Câmara Técnica de Educação e Pesquisa (CTPE)	Decisão Coren-PB nº 323, de 29 julho de 2021 e Portaria Coren-PB nº 813 de 29 de novembro de 2021
Grupo de trabalho de Atendimento de Urgências e Emergências Pré-Hospitalar	Portaria Coren-PB nº 576 de 02 de agosto de 2021
Grupo de Trabalho em Centro de Material e Esterilização (CME)	Portaria Coren-PB nº 766 de 11 de novembro de 2021
Grupo de Trabalho em Obstetrícia e Saúde da Mulher	Portaria Coren-PB nº 773 de 12 de novembro de 2021
Grupo de Trabalho em Hematologia e Hemoterapia	Portaria Coren-PB nº 774 de 12 de novembro de 2021
Grupo de trabalho de Inovação e Empreendedorismo em Enfermagem	Portaria Coren-PB nº 780 de 23 de novembro de 2021
Grupo de trabalho para implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	Portaria Coren-PB nº 619 de 12 de Agosto de 2021
Comitê Gestor de Crise (CGC)	Portaria Coren-PB nº 279 de 02 de março de 2021



CANAIS DE ACESSO AO CIDADÃO



Nº	Descrição	Sítio
1	Portal Institucional do COREN-PB	www.coren.pb.gov.br
2	Portal da Transparência	http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-pb/transparencia/
3	Autoatendimento 24 horas	https://app3.incorpnet.com.br/appcoren/incorpnet.dll/login?conselho=corenpb
4	Ouvidoria do COREN-PB	http://ouvidoria.cofen.gov.br/coren-pb/
5	Facebook	https://www.facebook.com/corenpb/
6	Instagram	https://www.instagram.com/corenpb/

Fonte: Portal do COREN-PB

CANAIS DE COMUNICAÇÃO FÍSICOS DO COREN-PB:

- Conselho Regional de Enfermagem (SEDE)

Avenida Maximiano de Figueiredo, 36, Centro, 3º andar, Empresarial Bonfim. João Pessoa (PB). CEP: 58013-470

Tel.: (83)3221-8758 (whatsApp). Horário de Atendimento: 08h às 12 e 13h às 17h

- Conselho Regional de Enfermagem (SUBSEÇÃO). Rua Vice-prefeito Antônio de Carvalho Sousa, nº450, Estação Velha, Campina Grande/Paraíba CEP: 58410-050 .

AMBIENTE EXTERNO

Em 2022, o ambiente externo foi definido pela promulgação da Lei nº 14.434 de 04 de agosto de 2022 que alterou a Lei nº 7498 de 25 de junho de 1986, para instituir o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de



Enfermagem e da Parteira. Após décadas de luta, a Lei do piso salarial entrou em vigor com aplicabilidade em âmbito nacional. Acontece que a implementação da Lei foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em ação de inconstitucionalidade movida por entidades patronais.

A gestão do Coren-PB foi impactada e acompanhou todos os desdobramentos durante a vigência da Lei, bem como, após a sua suspensão devido a quantidade expressiva de denúncias protocoladas pelos profissionais de enfermagem, através do canal de ouvidoria deste órgão, noticiando demissões em massa, manobras, mudanças de contratos e prováveis déficits na assistência de enfermagem.

Considerando que cabe a fiscalização do Coren-PB através de registros e documentos internos inerentes ao exercício da enfermagem identificar os prejuízos na assistência, foi criada

comissão específica no âmbito do Coren-PB, Decisão Coren-PB nº 265/2022, para dar suporte as áreas responsáveis por receber e apurar às denúncias relacionadas a implantação da referida Lei.

Além da apuração das denúncias internamente, o Coren-PB acionou o ministério público para que diante das demissões e alterações contratuais aparentemente lesivas não prejudicassem a qualidade da assistência profissionais a população. São exemplos: Atraso na administração de medicamentos associados à sobrecarga de trabalho, prejuízo na continuidade da assistência da enfermagem em condições que ofereçam perigo ao paciente. Ou seja, tudo aquilo que impedisse a prestação dos cuidados de enfermagem descritos na Lei 7.498/86 do exercício profissional e seu Decreto regulamentador nº 9.4406/87.

Esse cenário impulsionou o Coren-PB, dentro de suas atribuições previstas em Lei na esfera da fiscalização do exercício profissional, atuar com o objetivo de inibir os prejuízos na assistência



e adotar as medidas pertinentes a cada caso identificado, reportando aos sindicatos e ministério público que lhes competisse.

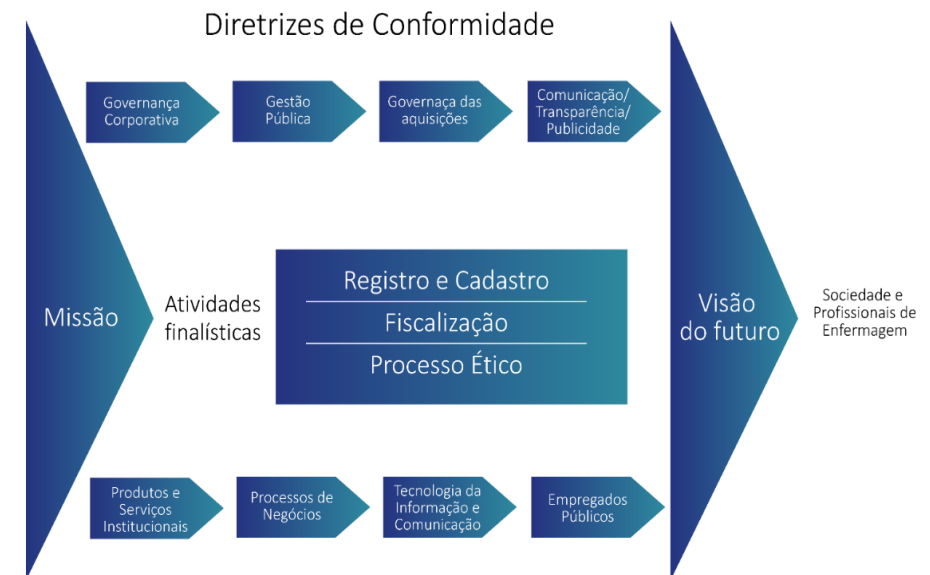
Matéria sobre investigações de denúncias no Ministério Público do Trabalho



MODELO DE NEGÓCIOS

O modelo de negócio é o sistema de transformação por meio das atividades finalísticas no âmbito da Enfermagem, a fim de cumprir a nossa MISSÃO e os objetivos estratégicos de forma ética e com qualidade na assistência, valorizando o compromisso com o usuário e a sociedade. Tendo como VISÃO ser uma organização profissional, estratégica e de referência para o desenvolvimento no âmbito da profissão e de políticas de saúde por meio do apoio técnico, científico e de gestão na área de Enfermagem, sempre cumprindo com os VALORES da economicidade, efetividade, eficácia, eficiência, impessoalidade, legalidade, moralidade e publicidade.

Com base na Cadeia de Valor do COREN-PB, são concebidos os projetos institucionais que irão compor o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), o qual é monitorado, gerenciado e avaliado pela Metodologia *Balanced Scorecard* (BSC), utilizando de indicadores que sinalizam o desempenho dos projetos executados.



Cadeia de valor do Coren-PB

Fonte: Controladoria Geral do Coren-PB



CAPITAL

EMPREGADOS PÚBLICOS
 Empregados no Coren-PB: 40

PROFISSIONAIS INSCRITOS
 Enfermeiros: 16.062
 Técnicos de enfermagem: 29.602
 Auxiliar de Enfermagem: 3.144
 Atendente: 04
 Total geral: 48.811

PRODUTIVO
 Conselheiros: 18
 Empregados: 40
 Estagiários: 15

FINANCEIRO
 Receita:
R\$9.593.071,13
 Despesas:
R\$9.750.881,06
 Orçamento destinado
 a fiscalização:
R\$1.518.560,00

COREN-PB
 01 Sede do Coren-PB
 em João Pessoa
 01 Sede do Coren-PB
 em Campina Grande



ESTRATÉGIA

APRENDIZADO E CRESCIMENTO
 Promover o desenvolvimento dos empregados públicos e profissionais de enfermagem

PROCESSOS INTERNOS
 Manter a infraestrutura física, administrativa e tecnológica do Coren-PB

ADMINISTRAÇÃO
 Aprimorar a governança e a gestão do Coren-PB com base nos princípios da administração pública

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
 Ampliar a visibilidade institucional e a confiança dos profissionais de enfermagem e sociedade.

ENFERMAGEM/SOCIEDADE
 Zelar pela preservação ética e habilitação técnica adequada para o exercício profissional

ORÇAMENTÁRIA
 Assegurar suporte de bens e serviços adequados as necessidades do Coren-PB



ATIVIDADE FINALÍSTICA

ORÇAMENTO EXECUTADO INSCRIÇÃO, CADASTRO E REGISTRO
R\$273.620,99

ORÇAMENTO EXECUTADO FISCALIZAÇÃO
R\$1.040.179,21

ORÇAMENTO EXECUTADO PROCESSOS ÉTICOS
R\$114.080,64



PRODUTOS/SERVIÇOS

INSCRIÇÕES/REGISTROS DE PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM
 3.987

REGISTROS DE EMPRESAS E CONSULTÓRIOS DE ENFERMAGEM
 16

ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
 986

CARTEIRAS ENTREGUES
 7.476

ATENDIMENTOS PRESENCIAIS
Recepção e Coren Móvel
 9.536

ATENDIMENTOS VIRTUAIS
Recepção
 21.743



IMPACTOS

SOCIAL
 População estimada 2022:
 4.059.905
 Municípios da Paraíba:
 223
 Instituições fiscalizáveis:
 420

SEGURANÇA
 Processos éticos instaurados
 87
 Denúncias admitidas
 87
 Instituições fiscalizadas:
 622
 Profissionais fiscalizados
 26.213



CAPÍTULO 2 – Governança, Estratégia e Alocação de Recursos

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Durante o exercício de 2021 foi realizado um novo plano plurianual institucional para o período de 2021 a 2024. O plano foi construído sobre 6 eixos temáticos, norteadores da atuação deste conselho: Aprendizado e crescimento, Processos Internos, Relações institucionais, Administração Pública, Enfermagem/Sociedade e Orçamentaria

O princípio que norteia a Metodologia de Gestão Estratégica Orientada para Resultados (GEOR), Metodologia de Planejamento Estratégico do Coren-PB, é o de alavancar, em curto prazo, a capacidade de produzir e medir benefícios relevantes para a sociedade, no nosso caso, para a Enfermagem brasileira. A Metodologia GEOR traduz o compromisso dos Conselheiros.

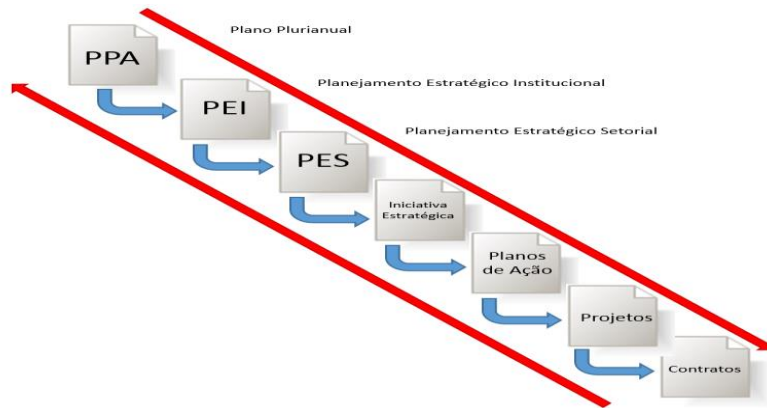
A Metodologia GEOR do Coren-PB está composta pela elaboração de um Plano Plurianual (PPA). Este PPA é composto de Programas Temáticos e Objetivos Estratégicos, os quais são constituídos por Iniciativas Estratégicas. As Iniciativas Estratégicas, por sua vez, dão origem os Planos de Ação que serão detalhados na

forma de Projetos. São estes últimos que concretizam os Objetivos Estratégicos traçados pela Plenária do Coren-PB.

Conforme o exposto, para que o Regional alcance seus Objetivos Estratégicos e cumpra a sua Missão, o PPA auxilia dando o direcionamento estratégico e estruturando de forma sistemática o caminho a ser trilhado.

Os Programas Temáticos são um conjunto de Iniciativas Estratégicas relacionados entre si para o alcance dos resultados propostos e podem ter mais de um Objetivo Estratégico vinculado. O Programa Temático retrata no PPA a agenda institucional e orienta a ação institucional. Sua abrangência deve ser a necessária para representar os desafios e organizar a gestão, o monitoramento, a avaliação, as transversalidades, as multissetorialidades e a territorialidade do que vai ser feito. O Programa Temático se desdobra em Objetivos e Iniciativas Estratégicas.

A figura abaixo apresenta a Metodologia de Planejamento Estratégico do Coren-PB, a qual é o desdobramento sucessivo do Planejamento Estratégico Institucional em uma visão macro até a sua execução operacional micro que culmina na gestão dos contratos.



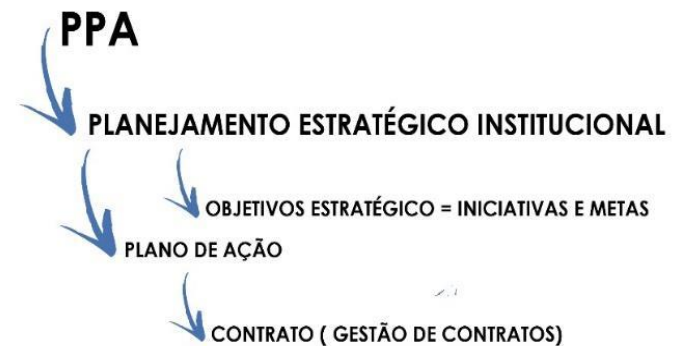
Metodologia de Planejamento Estratégico do Coren-PB.

Fonte: Controladoria do Coren-PB

A Iniciativa Estratégica, por sua vez, declara as entregas à sociedade de bens e serviços, resultantes da coordenação de ações institucionais e normativas. Ela norteia a atuação institucional e estabelece um elo entre o PPA e o Orçamento.

O PPA abrange um período de gestão na Autarquia, o qual tem duração de três anos. Portanto, os conselheiros que assumem a gestão do Coren-PB iniciam seu período de mandato com o primeiro ano já planejado pela gestão anterior, e então planejam os próximos três anos, dos quais os dois primeiros são para si e o último é para a próxima gestão.

Mas, para que isso funcione, faz-se necessário aplicar um modelo de gestão operacional, além do modelo de Gestão Estratégica. A figura abaixo apresenta o modelo de Gestão Operacional do COREN-PB.



Fonte: Controladoria do COREN-PB

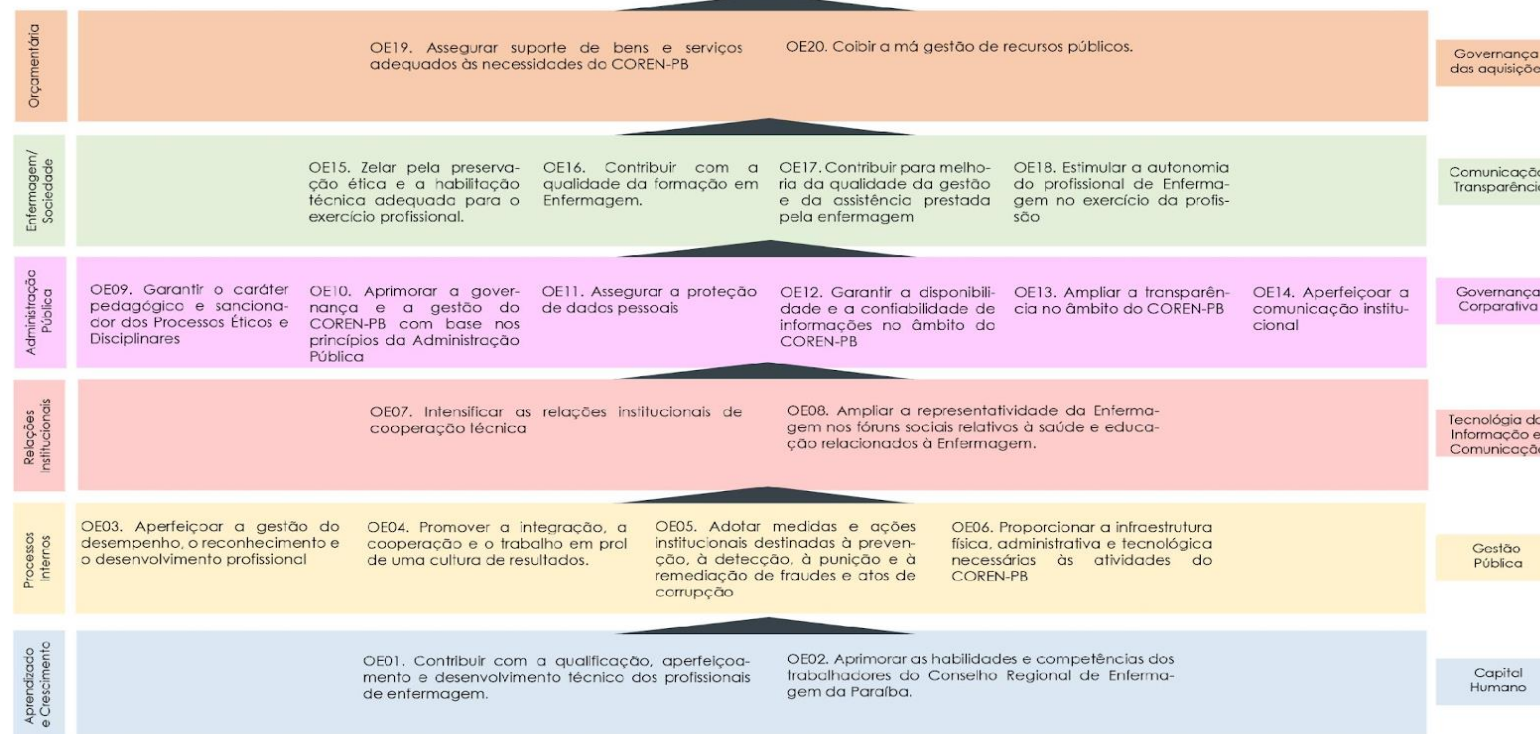
O Coren-PB construiu seu planejamento estratégico com base numa governança que possa gerar valor público com resultados objetivos para sociedade, buscando aumentar sua eficiência e suprir a necessidade dos profissionais de enfermagem e da sociedade em geral.



MAPA ESTRATÉGICO

MISSÃO
 Assegurar à sociedade uma assistência de enfermagem ética, científica e de qualidade por meio da fiscalização do exercício profissional.

VISÃO
 Ser um Conselho valorizado pelos profissionais de enfermagem e pela sociedade por meio de excelência na prestação de serviços.



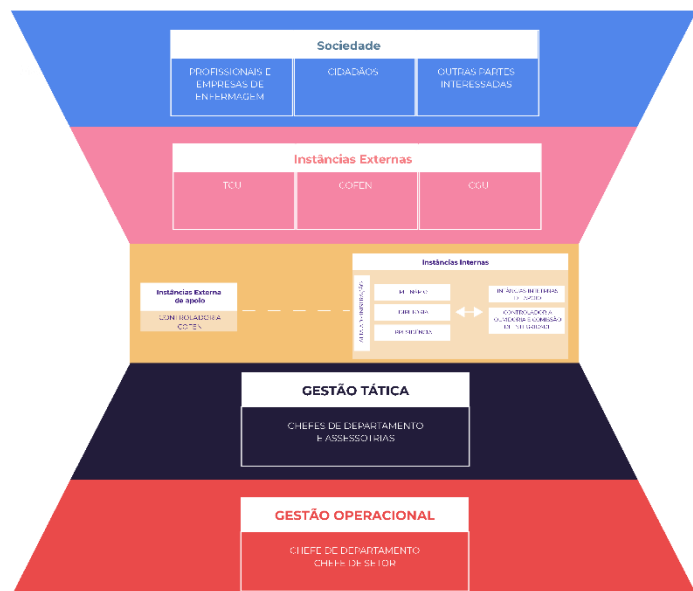


ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

GOVERNANÇA INSTITUCIONAL DO COREN-PB

O Coren-PB em sua estrutura organizacional é composto por órgãos de deliberação, órgãos de assessoramento e órgãos de execução.

A estrutura de governança do COREN-PB foi elaborada com base no referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração do Tribunal de Contas da União (2ª versão):



INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

A Governança Corporativa é exercida pelo Plenário colegiado e pela Diretoria colegiada (órgãos de deliberação), observando-se as disposições do Regimento Interno aprovado pela Decisão COREN - PB 46/2012 e as diretrizes fixadas pelo citado Plenário.

O Plenário do Conselho Regional de Enfermagem é o órgão deliberativo do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, representado pelos Conselheiros Regionais, sendo composto por 9 (nove) membros efetivos e igual número de suplentes, Enfermeiros, técnicos e auxiliares de Enfermagem, de nacionalidade brasileira, aos quais é atribuído o título de Conselheiro, e que são eleitos pelos profissionais de Enfermagem.

A Diretoria do COREN-PB é composta por 3 (três) membros, ocupantes dos cargos de Presidente, Secretário e Tesoureiro, eleitos pelo Plenário dentre seus Conselheiros efetivos, de acordo com o que dispuser o Código Eleitoral.



ALTA ADMINISTRAÇÃO

A Gestão (2021-2023) foi composta por profissionais de enfermagem que atuam na assistência e na área administrativa. Os membros do Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba e seus respectivos suplentes foram eleitos pela assembleia geral (profissionais de enfermagem) convocados para esse fim, conforme previsão na Lei n° 5.905, de 12 de julho de 1973.



Rayra Maxiana dos Santos Beserra De Araujo
Presidente



Cátia Jussara de Oliveira Pereira
Conselheira Secretária



Jean Michel de Souza Amaral
Conselheiro Tesoureiro



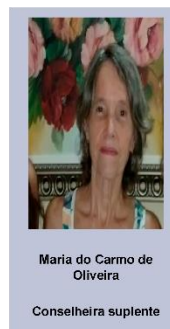
João Orlando Ventura Duarte
Conselheiro Efetivo



Elma Dantas Vicente
Conselheira Efetiva



Maria Goretti Pontes de Andrade
Conselheira suplente



Maria do Carmo de Oliveira
Conselheira suplente



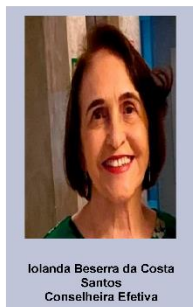
Manoel Aureliano Arantes de Luna
Conselheiro suplente



Maryama Naara Felix de Alencar Lima Palmeira
Conselheira suplente



Renata Livia Silva Fonseca Moreira de Medeiros
Conselheira suplente



Iolanda Beserra da Costa Santos
Conselheira Efetiva



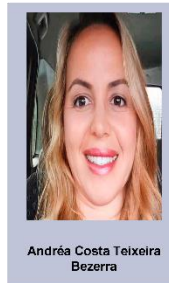
Maria José de Lima Silva
Conselheira Efetiva



Thiago Roniere da Silva
Conselheiro Efetivo



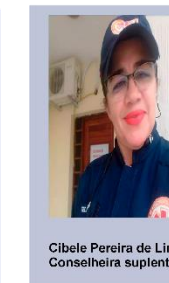
Aerton dos Santos Meireles
Conselheiro Efetivo



Andréa Costa Teixeira Bezerra



Evandro Julio da Silva
Conselheiro suplente



Cibele Pereira de Lima
Conselheira suplente



Sérgio Eduardo Jerônimo
Conselheira suplente



A controladoria Geral do COREN-PB tem como atribuições o controle e fiscalização contábil, financeira, patrimonial, operacional e administrativa, sob os aspectos da legalidade, publicidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

A ouvidoria compete promover a co-participação da sociedade na missão de controlar a Administração Pública, garantindo maior transparência das ações do Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba, além de mediar conflitos direcionados a soluções de controle interno e demandas externas, críticas, elogios, sugestões e denúncias relacionadas às atividades do Conselho Regional.

Os chefes de departamentos e assessorias são, atualmente, responsáveis pela gestão tática. São eles que coordenam a gestão operacional em áreas específicas. Já os Chefes de setores e os chefes de departamentos, nos casos de inexistência de chefia setorial, são responsáveis pela execução de processos finalísticos e de apoio.

INSTÂNCIAS EXTERNAS DE GOVERNANÇA

O Tribunal de Contas da União é responsável pela fiscalização (prestação de contas), pelo controle e pela regulação das atividades finalísticas desenvolvidas pelo Conselho Regional. O Conselho Federal de Enfermagem é o responsável pela supervisão das

atividades dos Conselhos Regionais de Enfermagem, pela avaliação, pela auditoria e pelo apoio.

INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO

De modo a complementar o controle exercido pela Controladoria e Ouvidoria, foi criada através da Portaria Coren-PB nº 316, de 07 de abril de 2021 a comissão de integridade, para criar mecanismos de combate à corrupção, fraudes, lavagem de dinheiro e demais ilicitudes que possam surgir no âmbito do Conselho Regional.



CAPÍTULO 3 – Riscos, Oportunidades e Perspectivas

A alta administração do COREN-PB tem como objetivo prestar serviços de qualidade e entregar seus resultados para os profissionais de enfermagem e sociedade em geral de forma efetiva, eficaz e eficiente.

Consta no Planejamento Estratégico as iniciativas estratégicas e sua vinculação com os objetivos estratégicos para nortear a execução por parte da gestão tática e operacional do COREN-PB.

Controle de Riscos

Nossa proposta de controle de riscos é baseada em três “linhas de defesa” que contribuem para que a organização possa atingir seus objetivos por meio do gerenciamento de riscos de forma padronizada e a consequente implementação de controles efetivos. Nesse modelo, cada grupo de gestores que compõe as linhas de defesa desempenha um papel distinto no sistema de controle interno, de acordo com nossa estrutura de governança.

Primeira linha de defesa: Nossa própria estrutura organizacional busca a segregação de funções, bem como, os gestores de cada área são especializados em suas funções. Os gestores das áreas têm a função de gerenciar parcialmente os riscos e são responsáveis por

implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

Segunda linha de defesa: As diversas funções corporativas de controle de riscos e supervisão de conformidade assessoram o desenvolvimento e/ou monitoram as atividades de controle realizadas pelos gestores. Fazem parte desta linha: controle interno, ouvidoria e comissão de integridade.

Terceira linha de defesa: Controladoria Geral que avalia de forma independente, a eficácia do gerenciamento de riscos e a efetividade do sistema de controle interno, reportando eventuais falhas e deficiências e propondo ações de melhoria.

Riscos e relação com objetivos institucionais

A gestão de risco e controles internos prevê a valorização dos objetivos finais, possibilitando a revisão de processos com vista a garantir a prestação de serviços com qualidade e custos adequados, respeitando um planejamento prévio para garantir o uso de recursos com responsabilidade. O controle de riscos e mitigação de riscos do COREN-PB está em desenvolvimento.



Este regional está em uma fase inicial em relação à elaboração de um fluxo de processo de avaliação de riscos, bem como à construção de um modelo estruturado de gestão de riscos.

Contudo, considerando nossas atividades, é possível identificar ao menos dois núcleos de riscos:

Eficiência operacional – relacionados à possibilidade de perdas diretas ou indiretas resultantes da possibilidade do surgimento de falhas, deficiências ou inadequações relacionadas aos processos internos, pessoas, sistemas, infraestrutura física, estrutura organizacional, eventos externos, entre outros.



Risco de crédito; Risco de mercado; Risco de liquidez; Risco de excesso de gastos frente ao orçamento anual; Risco na integridade dos ativos; Risco nos processos judiciais e/ou contingências significativas; Risco de mudança na regulamentação da categoria profissional; Risco de perda de pessoal; Risco da informação; Risco no ambiente de trabalho e segurança;

Manutenção da integridade institucional – relacionados à possibilidade da prática de ações ou omissões que possam favorecer a ocorrência de fraudes, conflitos de interesse ou vazamento de informações.



Risco de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal; Risco no procedimento de licitação; Risco de conflito de interesses; Risco de vazamento de informações; Risco de mídia e reputação.

Mitigação de riscos

Mitigação dos riscos na eficiência operacional

- Uso de política de proteção de dados pessoais (segurança da informação);
- Medidas extrajudiciais e judiciais de cobrança e negociação junto aos profissionais e empresas de enfermagem;
- Controle de realização de gastos mediante pré-empenho garantindo realização de despesas de acordo com os valores previamente orçados;
- Controle por meio de cronograma anual de desembolso e monitoramento dos gastos com pessoal dentro do limite legal;
- Emissão de notas de análise quanto às prospecções de gastos e arrecadação;
- Atuação da procuradoria mediante consulta prévia em relação aos atos administrativos e de gestão.



Mitigação dos riscos de manutenção da integridade institucional

- Procedimentos de apuração para identificação de casos de condutas antiéticas e de danos ao erário;
- Controle do cumprimento ao estabelecido pela Lei de Acesso à Informação – LAI;
- Acompanhamento dos dados emitidos pela ouvidoria;
- Acompanhamento e gestão dos canais de informação e mídia;
- Controle de procedimentos de compras e aquisições;
- Realização de auditoria e controle interno pela Controladoria geral.

CAPÍTULO 4 – Resultados e Desempenhos da Gestão

O planejamento estratégico do Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba (COREN-PB) foi concebido com fundamento na missão, visão e valores, uma vez que representam o alicerce para a estratégia da organização. Os objetivos estratégicos estabelecidos no planejamento estratégico (2021-2024) foram os seguintes:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Perspectiva: Aprendizado e Crescimento

OE01. Contribuir com a qualificação, aperfeiçoamento e desenvolvimento técnico dos profissionais de enfermagem. OE02. Aprimorar as habilidades e competências dos trabalhadores do Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba.

Perspectiva: Processos Internos

OE03. Aperfeiçoar a gestão do desempenho, o reconhecimento e o desenvolvimento profissional OE04. Promover a integração, a cooperação e o trabalho em prol de uma cultura de resultados.

OE05. Adotar medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção

OE06. Proporcionar a infraestrutura física, administrativa e tecnológica necessárias às atividades do COREN-PB



Perspectiva: Relações Institucionais

OE07. Intensificar as relações institucionais de cooperação técnica

OE08. Ampliar a representatividade da Enfermagem nos fóruns sociais relativos à saúde e educação relacionados à Enfermagem.

Perspectiva: Administração Pública

OE09. Garantir o caráter pedagógico e sancionador dos Processos Éticos e Disciplinares

OE10. Aprimorar a governança e a gestão do COREN-PB com base nos princípios da Administração Pública
OE11. Assegurar a proteção de dados pessoais

OE12. Garantir a disponibilidade e a confiabilidade de informações no âmbito do COREN-PB
OE13. Ampliar a transparência no âmbito do COREN-PB

OE14. Aperfeiçoar a comunicação institucional

Perspectiva: Enfermagem/Sociedade

OE15. Zelar pela preservação ética e a habilitação técnica adequada para o exercício profissional.
OE16. Contribuir com a qualidade da formação em Enfermagem.

OE17. Contribuir para melhoria da qualidade da gestão e da assistência prestada pela enfermagem
OE18. Estimular a autonomia do profissional de Enfermagem no exercício da profissão

Perspectiva: Orçamentária

OE19. Assegurar suporte de bens e serviços adequados às necessidades do COREN-PB
OE20. Coibir a má gestão de recursos públicos.

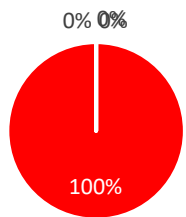


Resultados:

Descrição	Ano				Objetivo Estratégico																			Total		
					Aprendizado e Crescimento			Processos Internos				Administração Pública	Relações Institucionais					Enfermagem/Sociedade				Orçamentária				
	2022	2023	2024	Total	OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6	OE7	OE8	OE9	OE10	OE11	OE12	OE13	OE14	OE15	OE16	OE17	OE18	OE19		OE20	
Iniciativas não iniciadas	11	11	11	11	0	0	2	1	0	3	0	0	1	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
Iniciativas iniciadas	0	0	0	0	7	2	3	2	2	10	3	4	0	11	2	3	3	8	2	2	2	1	2	1	70	
Iniciativas finalizadas	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	1	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	10	
Iniciativas canceladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Total	11	11	11	11	9	2	5	3	2	15	4	4	1	16	3	3	3	8	2	3	2	2	3	1	91	
Total BSC					16			28				1	33					9				4				

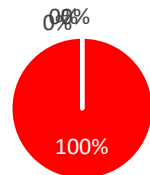


Iniciativas Estratégicas 2022



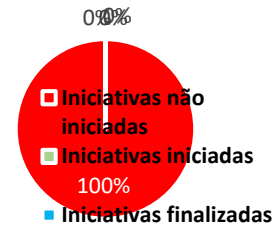
- Iniciativas não iniciadas
- Iniciativas iniciadas
- Iniciativas finalizadas
- Iniciativas canceladas

Iniciativas Estratégicas 2023



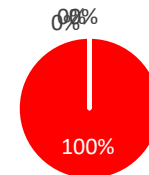
- Iniciativas não iniciadas
- Iniciativas iniciadas
- Iniciativas finalizadas
- Iniciativas canceladas

Iniciativas Estratégicas 2024



- Iniciativas não iniciadas
- Iniciativas iniciadas
- Iniciativas finalizadas
- Iniciativas canceladas

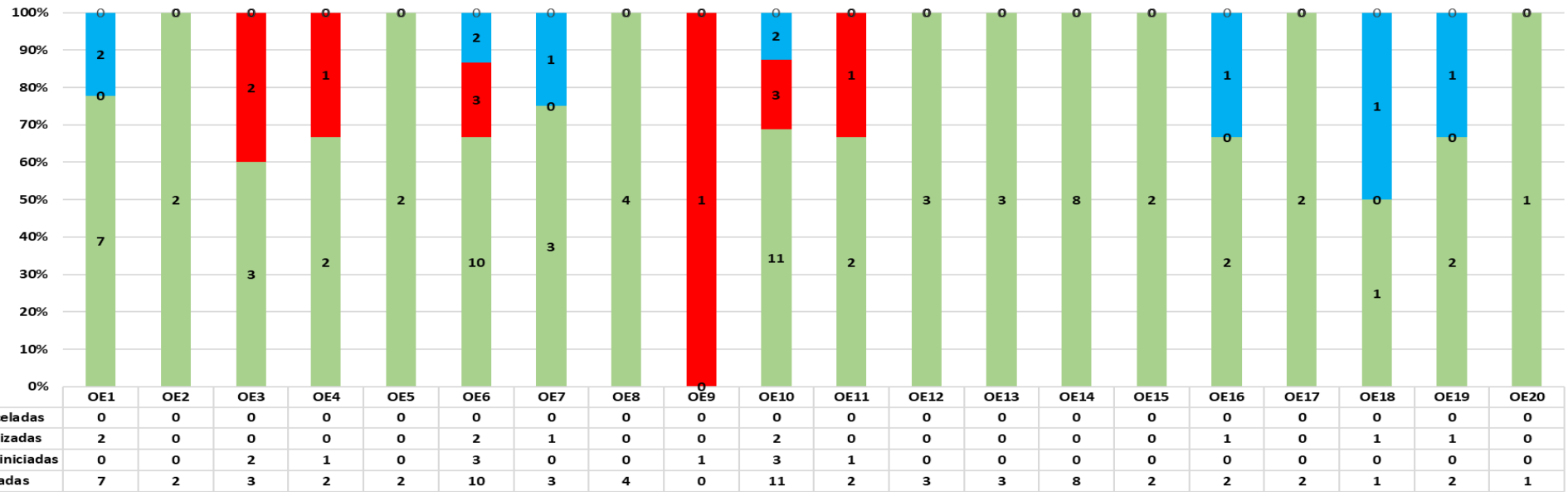
Iniciativas Estratégicas Geral



- Iniciativas não iniciadas
- Iniciativas iniciadas
- Iniciativas finalizadas
- Iniciativas canceladas

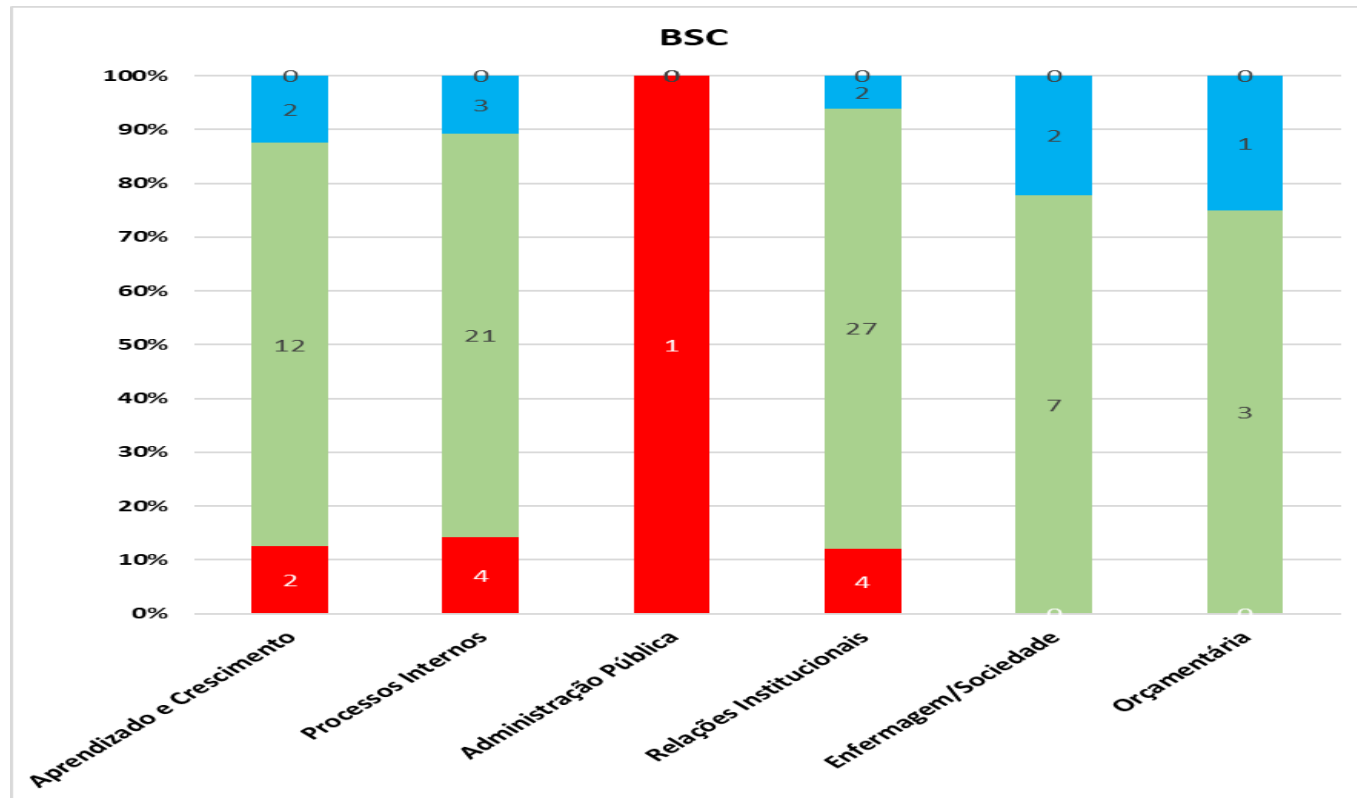


Objetivos Estratégicos x Iniciativas Estratégicas



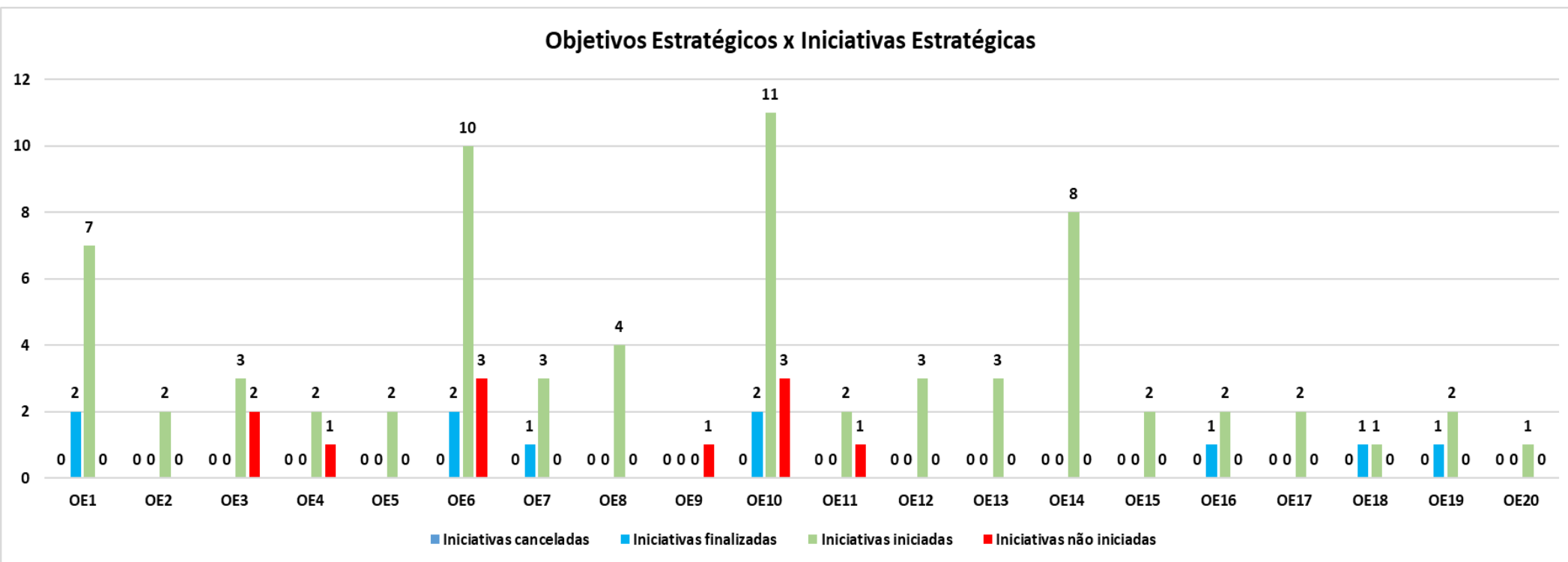


BSC	Iniciativas não iniciadas	Iniciativas iniciadas	Iniciativas finalizadas	Iniciativas canceladas	Qtde
Descrição					
Aprendizado e Crescimento	2	12	2	0	16
Processos Internos	4	21	3	0	28
Administração Pública	1	0	0	0	1
Relações Institucionais	4	27	2	0	33
Enfermagem/Sociedade	0	7	2	0	9
Orçamentária	0	3	1	0	4
Total	11	70	10	0	91





Objetivos Estratégicos x Iniciativas Estratégicas





RESULTADOS ESPECÍFICOS:

FISCALIZAÇÃO

O Sistema Cofen/Conselhos Regionais realiza fiscalizações do exercício profissional da Enfermagem mediante planejamento e sob demanda. Busca assim, averiguar se o exercício profissional da Enfermagem está em consonância com os princípios éticos e legais que o norteiam. Visa ainda contribuir positivamente para a melhoria da assistência de Enfermagem prestada à sociedade.



1. Ambiente Operacional – Recursos Humanos:

2.1	Total de Enfermeiros Fiscais: (Contabilizar o coordenador, caso pertença ao quadro de fiscais)	05
2.2	Número de fiscais em campo: (Realizando atividade de fiscalização <i>in loco</i>)	04
2.2.1	Quantitativo total de fiscais que estão em campo, que possuem jornada de 30h: (Contabilizar somente os fiscais que estão realizando atividade de campo – fiscalização).	00
2.2.2	Quantitativo total de fiscais que estão em campo, que possuem jornada de 40h: (Contabilizar somente os fiscais que estão realizando atividade de campo – fiscalização).	04
2.3	Coordenador da Fiscalização pertence ao quadro de fiscais concursados: (Responder SIM ou NÃO).	SIM
2.4	Número de fiscais em funções gerenciais e administrativas – Departamento de Fiscalização - DEFIS: (Coordenação, planejamento, entre outros)	01
2.5	Número de fiscais em funções gerenciais e administrativas em outros setores: (Coordenação, ouvidoria, planejamento, entre outros)	00
2.6	Número de fiscais afastados: (contabilizar afastamentos >10 dias - Licença médica, licença maternidade, licença sem remuneração, mandato classista, etc).	00
2.7	Número de fiscais em trabalho remoto: (Integram o Grupo de Risco, considerando a pandemia da Covid-19).	00
2.8	Total de Auxiliares de Fiscalização: (Se o Regional não contar com esse profissional, preencher o campo com 00)	00
2.9	Total de Agentes Administrativos: (Se o Regional não contar com esse profissional, preencher o campo com 00)	01
2.10	Total de estagiários: (Considerar os estagiários que se encontram afastados por conta da pandemia. Se o Regional não possuir, preencher o campo com 00)	01



2. Disponibilização orçamentária: (Em atenção aos itens 2.6 e 6.1.2 da Resolução Cofen n.º 617/2019)

		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
3.1	Previsão orçamentária anual da fiscalização – anual. (Valor previsto para o cumprimento das atividades de fiscalização no ano vigente. O valor deve ser descrito em reais, com vírgula como separador decimal dos centavos – Ex. R\$ 20000,00 ou R\$ 100,00)	1.518.560,00	1.518.560,00	1.518.560,00	1.518.560,00	1.518.560,00	1.518.560,00	1.518.560,00	1.518.560,00	1.518.560,00	1.518.560,00	1.518.560,00	1.518.560,00
3.2	Percentual da receita líquida do Coren destinada a fiscalização. (O valor descrito no item 3.1 representa quantos porcentos da receita líquida do Coren, considerando o ano vigente? Citar em	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%	20%

3.3	Valor percentual (Ex. 20%)													
	Valor total de despesas executadas com a fiscalização no mês de referência - mensal.(Valor total dos gastos realizados com a fiscalização no mês. O valor deve ser descrito em reais, com vírgula como separador decimal dos centavos - Ex. R\$ 20000,00 ou R\$ 100,00. Deter-se aos itens relativos à fiscalização Ex. locação, abastecimento, diárias, outros)	101.609,92	64.675,00	86.679,84	75.932,44	88.950,23	102.665,10	81.566,55	85.401,17	98.444,15	90.017,69	85.815,89	78.522,78	

3. Processo de trabalho do departamento de fiscalização:

		JAN	FEV	MA R	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
4.1	Total de inspeções realizadas. (Informar o n° total de inspeções realizadas. Pode acontecer desse quantitativo ser diferente do número total de instituições fiscalizadas, tendo em vista a possibilidade de ocorrer duas inspeções na mesma	41	41	50	61	54	36	64	66	48	53	67	41

	instituição no mesmo período, com objetivos diversos - ex. rotina e denúncia)												
4.2	Inspeções iniciais planejadas. (Informar o quantitativo de instituições com inspeção inicial que foram planejadas para o período)	31	38	49	43	28	25	25	22	12	32	00	00
4.3	Inspeções iniciais realizadas. (Informar o quantitativo de instituições com inspeção inicial que foram fiscalizadas no período).	35	30	43	53	48	25	43	54	29	38	24	09
4.4	Inspeções de retorno planejadas. (Informar o quantitativo de instituições com inspeção de retorno que foram planejadas para o período)	05	00	00	07	16	08	20	10	25	18	35	20
4.5	Inspeções de retorno realizadas. (Informar o quantitativo de instituições com inspeção de retorno que foram fiscalizadas no período).	06	01	01	08	06	11	21	12	19	15	43	32
4.6	Inspeções para atender demandas externas que não estavam no planejamento. (Demanda de fiscalização do MPT, MPE, MPF, Judicial, entre outras)	13	12	01	12	21	15	19	29	30	39	25	09
4.7	Total de Instituições fiscalizáveis no Estado (previsão anual). (Informar o nº total de instituições do Estado que possuem serviço de Enfermagem. Observar o Planejamento anual)	420	420	420	420	420	420	420	420	420	420	420	420
4.8	Quantitativo total de instituições fiscalizadas. (Número total de instituições fiscalizadas no período, considerando inspeção inicial, retorno, denúncias e demandas de outros órgãos)	41	41	50	61	54	36	64	66	48	53	67	41
4.9	Instituições fiscalizadas na capital ou região metropolitana: (Do total de instituições fiscalizadas no período, informar	06	10	11	09	13	26	07	25	14	02	26	13

	quantas estão localizadas na capital e na região metropolitana)												
4.10	Instituições fiscalizadas no interior: (Do total de instituições fiscalizadas no período, informar quantas estão localizadas no interior)	35	31	39	52	41	10	57	41	34	51	41	28
4.11	Instituições fiscalizáveis que foram identificadas necessidade de atividades educativas: (Necessidade identificada pela fiscalização, considerando o planejamento anual. Entretanto, os dados são referentes apenas ao período em tela)	35	31	50	27	19	14	29	21	20	32	07	08
4.12	Total de atividades educativas realizadas pela fiscalização (palestras, reuniões, oficina, workshops, entre outros) nas instituições por abordagem educativa, item 4.11. (Número total de atividades realizadas, considerando somente as instituições que foram identificadas a necessidade de uma abordagem educativa)	35	30	50	27	21	14	22	21	20	34	08	09
4.13	Novos Municípios abrangidos: (Novos municípios alcançados pela fiscalização no mês. Esse dado tem o objetivo de verificar a cobertura da fiscalização no Estado, no decorrer de um ano. Por isso, os municípios não podem ser contabilizados duas vezes. Os municípios informados no 1º período não entram na somatória do 2º período e assim por diante.	20	09	12	14	09	04	07	11	06	04	03	00
4.14	Denúncias recebidas: (Número de denúncias protocoladas no Coren e encaminhadas ao Defis no período)	28	08	12	22	22	33	12	28	13	34	13	05
4.15	Denúncias diligenciadas: (Número de denúncias que foram averiguadas pela fiscalização no período)	24	07	12	12	22	26	11	26	12	33	11	03

4.1 6	Averiguações prévias: (Averiguações realizadas decorrentes da seara ética, seja ela prévia ou de instrução)	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
4.1 7	Novos Profissionais de enfermagem abrangidos com as fiscalizações: (Quantitativo de profissionais atingidos pela fiscalização no período, não contabilizar duas vezes o mesmo profissional no ano, caso seja realizada mais de uma fiscalização na mesma instituição. Os profissionais que foram contabilizados no 1º período não entram na somatória do 2º período e assim por diante. O objetivo dessa informação é verificar a cobertura da fiscalização quanto ao quantitativo de inscritos no Regional)	2532	3.839	459	1.168	3.104	5.358	2128	534	2367	565	2735	1424
4.1 8	Relatórios de fiscalização elaborados (denúncias e conclusivos): (Número de relatórios elaborados no trimestre, relacionados aos procedimentos de fiscalização)	26	05	07	01	00	02	05	13	14	04	17	28
4.1 9	Palestras realizadas por fiscal (presencial ou on-line): (Número de palestras realizadas pelos fiscais. Não contabilizar as descritas no item 4.12, para não gerar dados em duplicidade)	00	00	00	00	04	02	00	01	00	01	00	00
4.2 0	Ouvidorias respondidas pela fiscalização: (Número de ouvidorias respondidas pelos fiscais, quando essa for uma atividade designada ao Defis)	44	32	35	43	62	88	19	70	31	46	37	14
4.21	Público atendido para orientações (presencial e telefone): (Quantificar o número de profissionais atendidos no Defis, contemplando as orientações relacionadas ao exercício profissional da enfermagem, sejam elas presenciais ou por telefone)	15	12	08	31	16	23	29	15	18	22	10	05

4.2 2	E-mails respondidos pela fiscalização: (Informar o número de e-mails respondidos pela fiscalização no período, que estejam relacionados a sua atividade)	04	12	26	04	26	09	33	19	24	48	22	27
4.2 3	Pareceres emitidos: (Número de pareceres elaborados pela fiscalização no período, devidamente designados pela coordenação do Defis ou pela Presidência)	00	00	00	00	00	00	00	00	01	01	00	00
4.2 4	Comissões que há participação da fiscalização: (Número de comissões que há a participação de fiscais. Ex. processo administrativo, realização de eventos, patrimônio, licitação, etc)	03	05	03	04	04	04	04	04	04	04	04	04
4.2 5	Caso seja responsabilidade da fiscalização, apresentar quantitativo de Certidão de Responsabilidade Técnica emitida: (Caso esteja sob a responsabilidade do Defis, descrever o quantitativo de CRT emitida no período)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.2 6	Caso seja responsabilidade da fiscalização, apresentar quantitativo de Registro de Empresa emitido: (Caso esteja sob a responsabilidade do Defis, descrever o quantitativo de RE emitida no período)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.2 7	Quantidade de ocorrências de impedimento ou obstáculos para inspeção às dependências da instituição: (Número de ocorrências em que os fiscais tiveram algum obstáculo ou mesmo foram impedidos de realizar fiscalização numa instituição de saúde)	00	00	00	00	00	00	00	00	01	00	-	00



4. Processo de fiscalização – Autuações e acompanhamentos:

		JA N	FE V	MAR	AB R	MA I	JU N	JU L	AG O	SE T	OU T	NOV	DEZ
5.1	Processos de fiscalização autuados. (Considerar todos os novos processos administrativos de fiscalização instaurados no período.)	47	41	65	48	46	23	38	65	36	42	12	03
5.2	Processos de fiscalização em tramitação no Defis (Considerar todos os processos de fiscalização que estão em tramitação no Defis)	139	156	214	263	259	27 4	28 6	33 0	38 8	34 7	338	339
5.3	Processos de fiscalização arquivados por cumprimento da notificação (Informar o número de processos que foram arquivados e tiveram as suas notificações cumpridas – na íntegra, durante o período)	26	04	34	06	13	05	10	21	27	14	28	31
5.4	Processos de fiscalização arquivados (Informar o total de processos que tiveram acostados os despachos de arquivamento. Nesse item deve ser inserido todos os arquivamentos, seja por resolutividade do mérito – notificações atendidas, seja por perda de objeto ou outros).	42	06	36	06	19	09	14	25	27	21	32	37
5.5	Total de Processos que geraram encaminhamentos para outros órgãos: (Situações oficializadas no período a outros órgãos com o objetivo de denunciar problemas encontrados durante as fiscalizações, a fim de que providências pertinentes sejam adotadas. Deverão especificar no campo “Observações” os órgãos para os quais foram encaminhados.)	04	06	04	01	00	02	02	12	04	02	04	01

5.6	Total de processos que geraram denúncia ética: (Número de processos encaminhadas à Presidência no período)	23	02	02	00	01	00	00	00	00	00	03	00
5.7	Total de processos que culminaram em Termo de Ajustamento de Conduta: (Solicitar do Setor Jurídico/Presidência informações quanto ao número de Termos de Ajustamento de condutas realizados no trimestre, resultado do processo de fiscalização.)	00	00	00	00	00	00	01	01	00	00	00	00
5.8	Total de processos que geraram Ação Civil Pública: (Solicitar do Setor Jurídico/Presidência informações quanto ao número de Ações Cíveis Públicas ajuizadas no trimestre decorrentes do processo de fiscalização.)	00	03	00	00	01	01	04	01	02	01	01	02
5.9	Total de Interdição ética: (Solicitar à Presidência informações quanto ao número de Interdições Éticas realizadas no trimestre, resultado do processo de fiscalização.)	00	00	00	00	00	00	00	01	00	03	00	00
5.10	Total de Conciliações realizadas em decorrência do Processo de Fiscalização: (Quantitativo de conciliações realizadas em processos de fiscalização, quando o Regional adotar essa medida administrativa)	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00



5. Processo de fiscalização – Acompanhamento de recomendações lavradas:

		JAN	FEV	MAR	ABRIL	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
6.1	Profissional (is) de Enfermagem que não registra(m) o processo de Enfermagem contemplando as cinco etapas preconizadas – recomendação. (Quantitativo total no período)	03	00	20	29	10	09	24	16	04	16	07	04

6. Processo de fiscalização – Acompanhamento de notificações lavradas:

		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
7.1	Ilegalidades notificadas: (Quantitativo total no período)	24	22	31	35	31	24	29	37	22	30	20	06
7.1.1	Inexistência ou ausência de enfermeiro onde são desenvolvidas as atividades de Enfermagem. (Quantitativo total no período)	05	01	01	03	09	07	01	01	09	07	12	01
7.1.2	Exercício ilegal de Enfermagem. (Quantitativo total no período)	01	00	00	03	00	00	00	00	00	01	01	00
7.1.3	Inexistência de anotação de responsabilidade técnica do serviço de Enfermagem. (Quantitativo total no período)	18	21	30	29	22	17	28	36	13	22	07	05

7.1.4	Inexistência de registro de empresa. (Quantitativo total no período)	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
7.1.5	Profissional de Enfermagem exercendo atividade com impedimento em decorrência de processo ético transitado em julgado. (Quantitativo total no período)	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
7.1.6	Coordenação/ Direção de curso de Enfermagem por pessoa não Enfermeiro. (Quantitativo total no período)	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
7.1.7	Inexistência ou número insuficiente de enfermeiro em evento esportivo na proporção indicada por Lei. (Quantitativo total no período)	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
7.2	Irregularidades notificadas: (Quantitativo total no período)	08	01	62	128	88	53	104	129	43	98	31	25
7.2.1	Inexistência ou inadequação de documento(s) relacionado(s) ao gerenciamento dos processos de trabalho do serviço de Enfermagem. (Quantitativo total no período)	05	00	54	97	61	34	82	98	24	67	20	15
7.2.2	Inexistência ou inadequação dos registros relativos à assistência de Enfermagem. (Quantitativo total no período)	00	00	02	19	06	08	15	04	05	09	06	02
7.2.3	Inexistência de Comissões de Ética de Enfermagem. (Quantitativo total no período)	00	00	01	00	05	03	02	01	03	00	01	01

7.2.4	Exercício irregular da Enfermagem. (Quantitativo total no período)	02	00	01	00	01	00	01	11	07	05	03	02
7.2.5	Profissional de Enfermagem executando atividades divergentes das previstas nos atos administrativos/ normativos baixados pelo Sistema Cofen/ Conselhos Regionais. (Quantitativo total no período)	00	00	02	11	10	04	02	15	02	16	01	01
7.2.6	Subdimensionamento de pessoal de Enfermagem. (Quantitativo total no período)	01	01	02	01	05	04	02	00	02	01	00	02

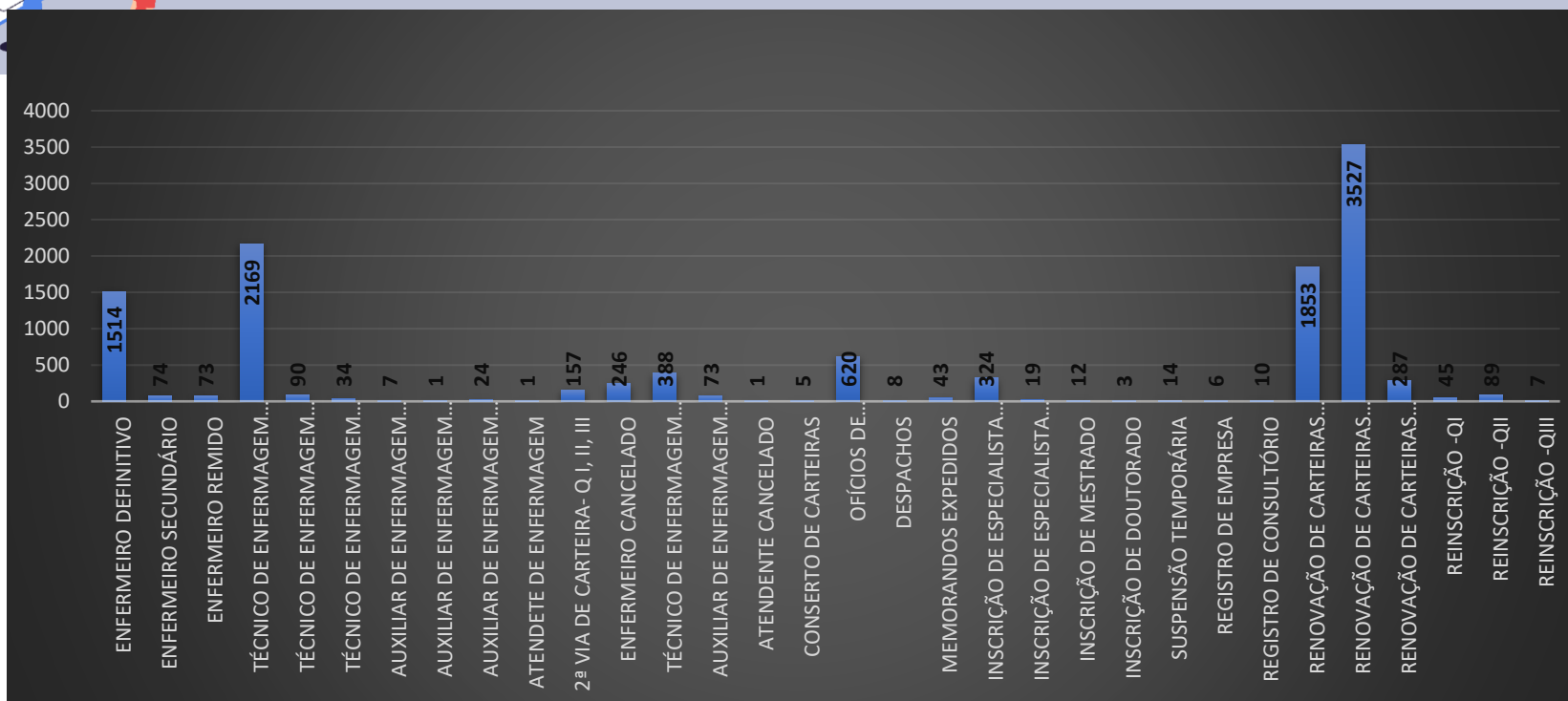


ATENDIMENTO E REGISTRO E CADASTRO:

No ano de 2022 foram realizados atendimentos aos profissionais de enfermagem e sociedade presencialmente e virtualmente através da recepção da sede e subseção, bem como no Coren móvel. Tivemos 9.536 serviços acessados (protocolos gerados através dos canais de atendimentos) acima descritos, incluindo inscrições, recadastramentos, cancelamentos, entre outros que serão apresentados na tabela abaixo:

ENFERMEIRO DEFINITIVO	1514
ENFERMEIRO SECUNDÁRIO	74
ENFERMEIRO REMIDO	73
TÉCNICO DE ENFERMAGEM DEFINITIVO	2169
TÉCNICO DE ENFERMAGEM SECUNDÁRIO	90
TÉCNICO DE ENFERMAGEM REMIDO	34
AUXILIAR DE ENFERMAGEM DEFINITIVO	07
AUXILIAR DE ENFERMAGEM SECUNDÁRIO	01
AUXILIAR DE ENFERMAGEM REMIDO	24
ATENDETE DE ENFERMAGEM	01

2ª VIA DE CARTEIRA- Q I, II, III	157
ENFERMEIRO CANCELADO	246
TÉCNICO DE ENFERMAGEM CANCELADO	388
AUXILIAR DE ENFERMAGEM CANCELADO	73
ATENDENTE CANCELADO	01
CONCERTO DE CARTEIRAS	05
OFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIAS EXPEDIDOS	620
DESPACHOS	08
MEMORANDOS EXPEDIDOS	43
INSCRIÇÃO DE ESPECIALISTA Q I	324
INSCRIÇÃO DE ESPECIALISTA Q II	19
INSCRIÇÃO DE MESTRADO	12
INSCRIÇÃO DE DOUTORADO	03
SUSPENSÃO TEMPORÁRIA	14
REGISTRO DE EMPRESA	06
REGISTRO DE CONSULTÓRIO	10
RENOVAÇÃO DE CARTEIRAS QI	1853
RENOVAÇÃO DE CARTEIRAS QII	3527
RENOVAÇÃO DE CARTEIRAS QIII	287
REINSCRIÇÃO -QI	45
REINSCRIÇÃO -QII	89
REINSCRIÇÃO -QIII	07



Além dos serviços efetivados pelo registro e cadastro, o Coren-PB entregou no ano de 2022 de 5.189 carteiras profissionais, ofereceu resposta aos 21.743 e-mails recebidos pelo atendimento, assim como esclareceu dúvidas pontuais através das redes sociais oficiais e de aplicativo de mensagens instantâneas.



RESULTADOS PROCESSO ÉTICO E OUVIDORIA

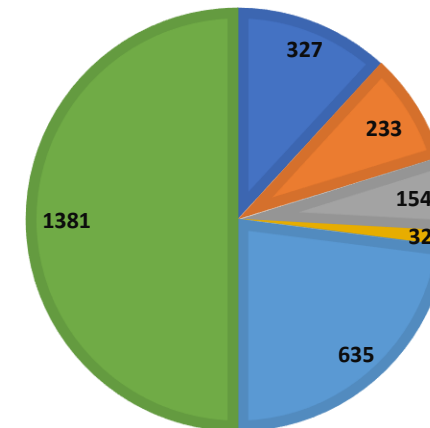
O Código de Processo Ético, regido pela Resolução COFEN nº 370/2010, é um conjunto de normas que regem a aplicação, em todo território nacional, pelos Conselhos de Enfermagem, do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

O Departamento de processo éticos se configura como unidade do Conselho Regional de Enfermagem, destinado a realizar as tramitações dos processos éticos da categoria, desde a admissibilidade até o julgamento dos mesmos, conforme determinação da Resolução COFEN nº 370/2010.

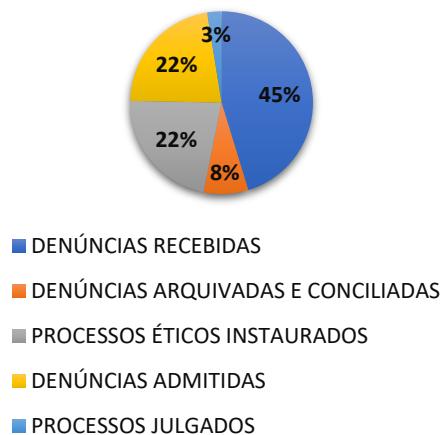
A ouvidoria compete promover a co-participação da sociedade na missão de controlar a Administração Pública, garantindo maior transparência das ações do Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba, além de mediar conflitos direcionados a soluções de controle interno e demandas externas, críticas, elogios, sugestões e denúncias relacionadas às atividades do Conselho Regional.

RESULTADOS OUVIDORIA 2022

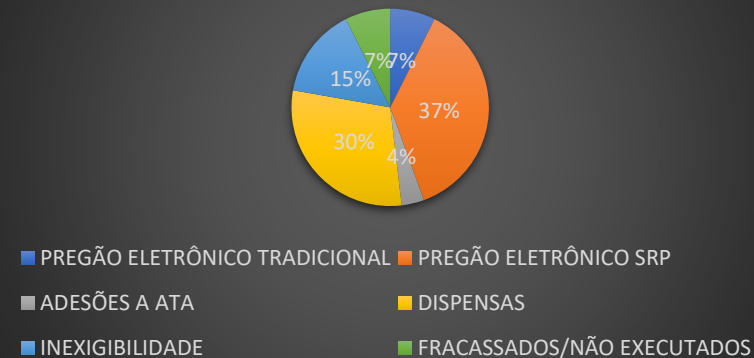
■ SECRETARIA DA PRESIDENCIA ■ PROCURADORIA JÚRIDICA
■ SETOR DE ATENDIMENTO ■ FINANCEIRO
■ DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO ■ TOTAL



RESULTADOS PROCESSO ÉTICO 2022



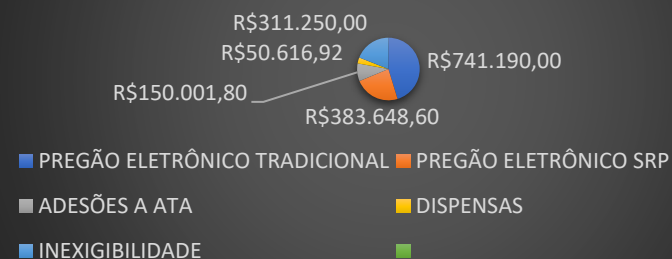
CONTRATOS POR MODALIDADE



RESULTADOS DA LICITAÇÃO

Segue o resultado acerca das contratações realizadas no ano de 2022, operacionalizadas pela Divisão de Licitação e Contratos do Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba:

VALOR CONTRATADO POR MODALIDADE





RELAÇÃO DETALHADA DOS CONTRATOS FIRMADOS			
Nº.	Objeto	Valor	Licitação
01	Aquisição de Equipamentos de Informática	R\$ 188.800,00	PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 04/2021
02	Aquisição de Equipamentos de Informática	R\$ 27.565,00	PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 04/2021
03	Aquisição de Equipamentos de Informática	R\$ 5.100,00	PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 04/2021
04	Aquisição de Equipamentos de Informática	R\$ 1.308,00	PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 04/2021
05	CURSOS DE CAPACITAÇÕES DOS FISCAIS	R\$ 17.333,92	INEXIGIBILIDADE

06	AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO	R\$ 43.282,00	PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 03/2021
07	SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE LIVRO CIENTÍFICO EM FORMATO FÍSICO E DIGITAL E-BOOK (PDF), AMBOS COM DIAGRAMAÇÃO, ARTE-FINALIZAÇÃO, EDITORAÇÃO E REGISTRO NO ISBN.	R\$ 987,00	PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 01/2022
08	IMPRESSÃO DE LIVRO CIENTÍFICO EM FORMATO FÍSICO E DIGITAL E-BOOK (PDF), AMBOS COM DIAGRAMAÇÃO,	R\$ 25.000,00	PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 01/2022

	ARTE-FINALIZAÇÃO, EDITORAÇÃO E REGISTRO NO ISBN.		
09	AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AEREAS	150.001,80	ADESÃO A ARP
10	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR CONDICIONADO	60.000,60	PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 01/2021
11	AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) NOBREAKS	6.620,00	Dispensa de Licitação
12	LEILOEIRO	SEM ÔNUS	DISPENSA
13	SOFTWARE DE CONTABILIDADE E CONTROLE DE ALMOXARIFADO	R\$ 21.420,00	PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 03/2022
14	CARTÃO ALIMENTAÇÃO	R\$ 395.200,00	PREGÃO ELETRONICO N° 05/2022

15	INTERNET LINK DEDICADO	R\$ 4.740,00	DISPENSA
16	INCORPWARE E INCORPNET	R\$ 90.000,00	INEXIGIBILIDADE
17	PAPEL A4	R\$ 10.375,00	DISPENSA
18	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS		
19	CARIMBOS	R\$ 2.806,92	DISPENSA ELETRÔNICA/COTAÇÃO ELETRÔNICA
20	SOFTWARE FOLHA DE PAGAMENTO	11.280,00	DISPENSA 24 II
21	AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO	10.186,00	PREGÃO ELETRÔNICO SRP n° 03/2021

22	LOCAÇÃO DE ÔNIBUS	R\$ 10.000,00	DISPENSA
23	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	R\$ 345.990,00	Pregão Eletrônico nº 04/2022
24	PUBLICAÇÕES DOU	R\$ 40.000,00	INEXIGIBILIDADE
25	SOFTWARE DE CUSTOS	R\$ 4.795,00	DISPENSA DE LICITAÇÃO
26	CAPACITAÇÃO CONTADOR - CURSO RETENÇÕES NA FONTE	R\$ 1.250,00	INEXIGIBILIDADE
27	SERVIÇOS POSTAIS	R\$ 180.000,00	INEXIGIBILIDADE

ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS CELEBRADAS EM 2022			
Nº.	Objeto	Valor	Licitação
01	AR CONDICIONADO (ITEM 01)	R\$ 7.840,00	PREGÃO ELETRÔNICO SRP 02/2021
02	AR CONDICIONADO (ITENS 01, 02, 03, 04 E 05)	R\$ 75.018,00	PREGÃO ELETRÔNICO SRP 03/2021
03	MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	R\$ 60.000,60	PREGÃO ELETRÔNICO SRP 01/2021
04	TESTE COVID	R\$ 75.520,50	PREGÃO ELETRÔNICO SRP 02/2022

RESULTADOS DA CONTROLADORIA GERAL

A Controladoria Geral é uma unidade independente no desenvolvimento no exercício sobre suas próprias atividades.

Seu objetivo é assegurar a execução dessas atividades dentro dos princípios básicos da administração pública definidos pelo art. 37 da Constituição Federal (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência). Deriva da autotutela que a Administração tem sobre seus próprios atos e agentes.

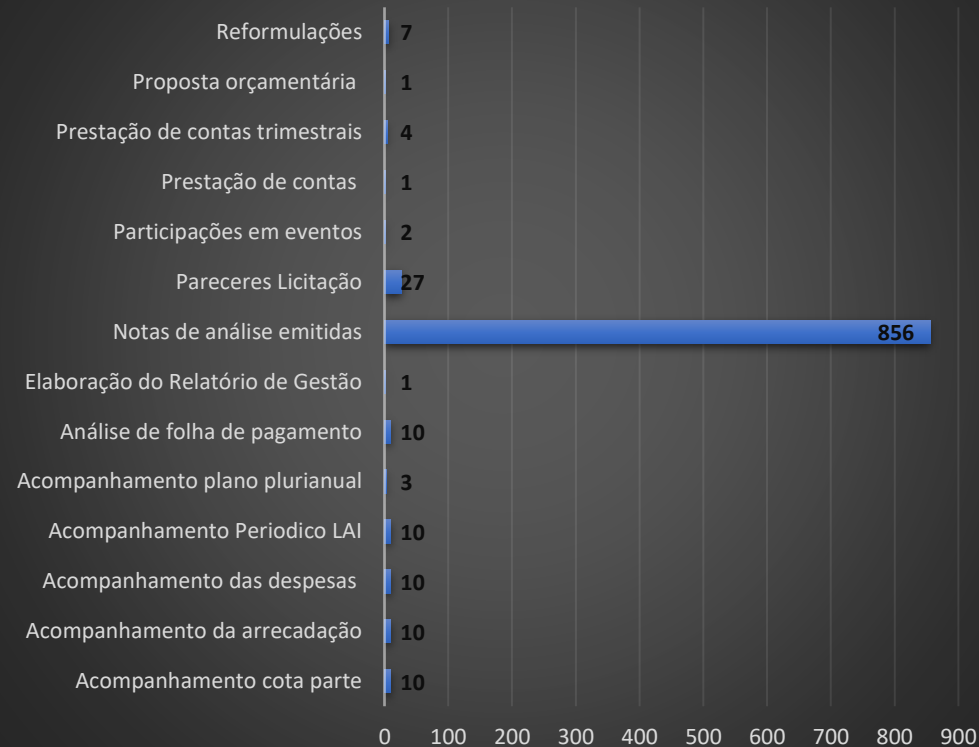
A Controladoria Geral tem como funções principais exercer o controle contábil, financeiro, orçamentário, administrativo, operacional e patrimonial das entidades.



Na área pública, o sistema de controle deve ser encarado como função independentemente da Administração, que é transitório.

Na concepção de atuação da Controladoria-Geral do Coren-PB (CONGER-PB), no exercício do controle interno, nas formas prévia, concomitante de cunho preventivo, e posterior de cunho corretivo. As principais atuações desta Conger em 2022, assim se desenvolveram. No controle prévio e concomitante, conforme previsto pela Decisão Coren-PB nº388/2021, procedeu a Controladoria-Geral, à análise de os processos econômicos financeiros, processos de contratações e aquisições de 2022. Foram analisados ainda as reformulações orçamentárias e prestações de contas anuais relativas ao exercício de 2022, bem como o impacto orçamentário-financeiro das Decisões emanadas pelo Plenário do Coren-PB.

Atividades de Controle





Para finalizar o capítulo concernente aos resultados obtidos no ano de 2022, colaciona-se outros dados relevantes oriundos da Procuradoria, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, normatização e eventos realizados:

OUTROS RESULTADOS RELEVANTES 2022





DECLARAÇÃO DO CONTADOR



Nossas demonstrações financeiras consolidadas foram homologadas e aprovadas pela Plenária Coren-PB em 31 de março de 2023 e referem-se ao ano findo em 31 de dezembro de 2022; as notas correspondentes contidas neste relatório anual foram apresentadas em reais e preparadas em conformidades com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T SP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e demais legislações contábeis. Nossa moeda funcional é o real.

Nossas demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. A apresentação das nossas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no

Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Nossos resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações (em fase de implementação) sobre o ativo imobilizado, a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Ressalvas

Devido à complexidade, diversidade e amplitude de alguns processos de contabilização, na busca pela qualidade das nossas informações para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores, temos ainda desafios a serem superados, conforme destacamos a seguir:

- ♦ Compatibilização dos saldos dos créditos inscritos no Contas a Receber e na Dívida Ativa.



- ◆ Ainda não foi finalizado o processo de mapeamento dos bens móveis e imóveis do Conselho, podendo haver diferenças entre o registrado no sistema de bens e na contabilidade apresentam divergências bem como não foi possível a integração dos sistemas e a depreciação dos bens continuam com diferenças.
- ◆ O Sistema de Informações de Custos do Coren-PB, está na fase implantação para a geração de informações para subsidiar decisões governamentais e organizacionais que conduzam à alocação mais eficiente do gasto público.

DECLARAÇÃO

Portanto considerando os avanços realizados, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxo de Caixa regidos pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2022, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial deste Conselho, exceto no tocante as ressalvas apontadas.

João Pessoa-PB, 31 de março de 2023

Severino Wagner Cardozo da Silva

CRC-PB nº 8378/O-4 – Contador



CAPÍTULO 5 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Nossos equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atendimento a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista. Esses valores são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização e constam da nota explicativa ¹.

CRÉDITOS DE ANUIDADES

Nossos créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do Conselho. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores. Dados mais específicos constam da nota explicativa ².

ESTOQUES

Nossos estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente conforme consta em nota explicativa ³.

DÍVIDA ATIVA EXECUTIVA

Estão representados pelo saldo a receber dos valores de anuidades, multas de infrações, que se encontram em aberto até o exercício de 2022 e 2021 acrescidos de atualização monetária, multa e juros nota explicativa ⁴.



IMOBILIZADO

Nossos bens móveis e imóveis registrados no ativo imobilizado passaram pelo processo de reavaliação no exercício de 2017, em atendimento ao que determina as NBCASP, que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão; e estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público. Atendendo à NBCT SP 16.10, em 2017 os imóveis do Coren-PB foram reavaliados com base no Laudo Técnico elaborado pelos técnicos da empresa Delmiro Maia Neto Engenharia, no exercício de 2021 foi solicitado uma nova avaliação do imobilizado.

A depreciação dos bens móveis e imóveis ainda não foi iniciada, sendo estudado a determinação da vida útil e do valor residual de bens móveis com base na tabela FIPE para veículos e no Laudo de Avaliação elaborado pela empresa Delmiro Maia Neto Engenharia referente aos bens imóveis.

Os bens móveis adquiridos e de propriedade poderão depreciados com base na estimativa de vida útil estabelecida na manual de patrimônio do Sistema Cofen/Coren's.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária. Maiores explicações estão na nota explicativa.

No exercício de 2022 foi realizado alinenação de bens através de leilão nº 001/2022, processo administrativo coren-PB nº 012/2017. ⁵

FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente nota explicativa ⁶.

RESULTADO PATRIMONIAL

O Resultado Patrimonial é apurado com base no regime de competência da receita e das despesas, escrituradas no subsistema patrimonial, atendendo à NBC T SP 11 nota explicativa ⁷.



BALANÇO PATRIMONIAL 2022

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

BALANÇO PATRIMONIAL				
RUBRICA		EXERCÍCIOS		
ITEM	ATIVO	2022	2021	VARIAÇÕES
1.1	ATIVO CIRCULANTE	7.719.649,82	8.595.251,88	-10,19%
1.1.1	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.516.438,01	7.480.620,17	0,48%
1.1.2	Créditos a Curto Prazo		1.026.062,99	-100,00%
1.1.3	Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	87.201,56	63.029,41	38,35%
1.1.5	Estoques	28.808,69	25.539,31	12,80%
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	15.201.573,82	15.346.943,28	-0,95%
1.2.1	Créditos a longo Prazo (lançar valor sem deduzir dívida ativa)	11.779.856,06	11.574.451,98	1,77%
1.2.1.1	Dívida Ativa - Longo Prazo	11.779.856,06	11.574.451,98	1,77%
1.2.6	Bens Móveis (deduzir depreciação)	911.969,26	1.262.742,80	-27,78%
1.2.7	Bens Imóveis (deduzir depreciação, exaustão e amortização)	2.509.748,50	2.509.748,50	0%
TOTAL DO ATIVO R\$		22.921.223,64	23.942.195,16	-4,26%
		EXERCÍCIOS		
ITEM	PASSIVO	2022	2021	VARIAÇÕES
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	466.612,19	516.719,18	-9,70%
2.1.1	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	352.275,02	348.456,02	1,10%
2.1.3	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	23.531,94	83.183,56	-71,71%
	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		2.100,94	-100%
2.1.7	Demais Obrigações a Curto Prazo	90.805,23	82.978,66	9,43%

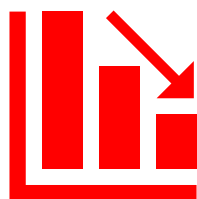
2.2	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.352.575,60	23.425.475,98	-4,58%
2.3.7	Resultados Acumulados	22.352.575,60	23.425.475,98	-4,58%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO R\$		22.819.187,79	23.942.195,16	-4,69%
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE		16,48	16,58	
SUPERÁVIT FINANCEIRO R\$		7.224.228,94	8.052.993,39	-10,29%

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2022.

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.



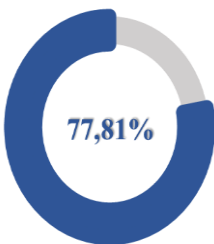
Balço Orçamentário Receita



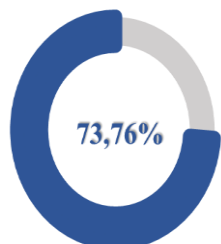
-4,84 %

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<i>RECEITA CORRENTE (I)</i>	8.688.900,00	8.688.900,00	9.300.034,66	611.134,66
<i>RECEITA TRIBUTÁRIA</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES</i>	5.354.400,00	5.354.400,00	6.104.644,43	750.244,43
<i>RECEITA PATRIMONIAL</i>	329.500,00	329.500,00	591.869,49	262.369,49
<i>RECEITA AGROPECUÁRIA</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>RECEITA INDUSTRIAL</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>RECEITA DE SERVIÇOS</i>	1.288.700,00	1.288.700,00	942.960,26	(345.739,74)
<i>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</i>	400,00	400,00	0,00	(400,00)
<i>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</i>	3.041.300,00	3.041.300,00	1.733.496,95	(1.307.803,05)
<i>RECEITAS DE CAPITAL (II)</i>	66.700,00	66.700,00	220.100,00	153.400,00
<i>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</i>	1.000,00	1.000,00	0,00	(1.000,00)
<i>ALIENAÇÃO DE BENS</i>	65.100,00	65.100,00	220.100,00	155.000,00
<i>AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</i>	600,00	600,00	0,00	(600,00)
<i>OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	10.081.000,00	10.081.000,00	9.593.071,13	(487.928,87)

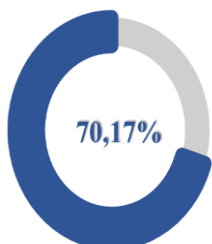
Balço Orçamentário Despesa



Empenhada



Liquidadas



Pagas

	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Despesas Correntes (XI)	9.912.810,00	11.628.810,00	9.344.803,06	9.192.604,98	8.743.273,62	2.284.006,94
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	4.876.720,00	5.043.720,00	4.738.021,32	4.662.737,54	4.312.365,22	305.698,68
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens	3.790.790,00	3.910.790,00	3.698.211,29	3.698.211,29	3.383.798,87	212.578,71
3.1.90.13 - Obrigações Patronais	1.050.880,00	1.104.880,00	1.034.732,28	959.448,50	923.683,58	70.147,72
3.1.90.16 - Despesas Variáveis	8.010,00	16.010,00	5.077,75	5.077,75	4.882,77	10.932,25
3.1.90.91 - Sentenças Judiciais	27.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
3.1.90.94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	40,00	40,00	0,00	0,00	0,00	40,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	5.036.090,00	6.585.090,00	4.606.781,74	4.529.867,44	4.430.908,40	1.978.308,26
3.3.90.14 - Diárias - Civil	185.000,00	595.000,00	472.695,00	472.695,00	472.695,00	122.305,00
3.3.90.30 - Material de Consumo	136.790,00	414.790,00	110.805,13	98.613,26	98.613,26	303.984,87
3.3.90.32 - Material, Bem ou Serv. para Distrib. Gratuita	60,00	60,00	0,00	0,00	0,00	60,00
3.3.90.33 - Passagens e Despesas com Locomoção	150.030,00	198.030,00	157.453,78	157.453,78	151.411,84	40.576,22
3.3.90.35 - Serviços de Consultoria	10,00	10.010,00	0,00	0,00	0,00	10.010,00
3.3.90.36 - Serviços Prestados Pessoas Físicas	136.000,00	121.000,00	108.890,00	108.890,00	98.940,00	12.110,00
3.3.90.37 - Serviços Prestados Pessoa Jurídica	11.000,00	85.000,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00
3.3.90.39 - Outros Serviços e Encargos	1.129.425,00	1.393.425,00	600.351,11	538.861,08	538.861,08	793.073,89
3.3.90.40 - Serviços de T.I e Comunicação	145.120,00	216.120,00	117.222,05	113.989,65	106.489,65	98.897,95
3.3.20.41 - Contribuições	2.405.645,00	2.405.645,00	2.182.103,72	2.182.103,72	2.182.103,72	223.541,28
3.3.90.46 - Diversas Desp. de Custeio	321.100,00	396.100,00	370.800,00	370.800,00	311.600,00	25.300,00
3.3.90.47 - Obrigações Tributárias e Contributivas	50.000,00	40.000,00	10.513,88	10.513,88	10.513,88	29.486,12
3.3.90.49 - Auxílio-Transporte	18.000,00	23.000,00	12.972,42	12.972,42	11.603,71	10.027,58
3.3.90.91 - Sentenças Judiciais	15.000,00	30.000,00	4.174,63	4.174,63	4.174,63	25.825,37
3.3.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	90,00	54.090,00	22.800,00	22.800,00	22.800,00	31.290,00
3.3.90.93 - Indenizações e Restituições	332.820,00	602.820,00	436.000,02	436.000,02	421.101,63	166.819,98
Despesas de Capital (XII)	168.190,00	902.190,00	406.078,00	49.902,00	49.902,00	496.112,00
4.4.00.00 - Investimentos	168.130,00	902.130,00	406.078,00	49.902,00	49.902,00	496.052,00
4.4.20.42 - Auxílios	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	10,00
4.4.90.51 - Obras e Instalações	40,00	50.040,00	0,00	0,00	0,00	50.040,00
4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	168.040,00	852.040,00	406.078,00	49.902,00	49.902,00	445.962,00
4.4.90.61 - Aquisição de Imóveis	40,00	40,00	0,00	0,00	0,00	40,00
4.5.00.00 - Inversões Financeiras	60,00	60,00	0,00	0,00	0,00	60,00
4.5.90.42 - Transferências Intragovernamentais	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00	10,00
4.5.90.61 - Aquisição de Imóveis	50,00	50,00	0,00	0,00	0,00	50,00
TOTAL	10.081.000,00	12.531.000,00	9.750.881,06	9.242.506,98	8.793.175,62	2.780.118,94



BALANÇO FINANCEIRO 2022.

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Balanço Financeiros Ingressos

	2022	2021
Receita Orçamentária (I)	9.593.071,13	9.300.034,66
Ordinária	9.593.071,13	9.300.034,66
Recebimentos Extra orçamentários (III)	2.332.441,62	2.186.908,03
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	508.374,08	366.766,43
Inscrição de Restos a Pagar Processados	449.331,36	452.884,83
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.374.736,18	1.367.256,77
Outros Recebimentos Extra orçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)	7.480.620,17	7.244.190,78
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.480.620,17	7.244.190,78
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	19.406.132,92	18.731.133,47



Balanço Financeiros Dispêndio

	2022	2021
Despesa Orçamentária (VI)	9.750.881,06	8.878.759,94
Ordinária	9.750.881,06	8.878.759,94
Pagamentos Extra orçamentários (VIII)	2.138.813,85	2.371.753,36
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	301.035,88	740.008,36
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	449.955,50	256.308,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.387.822,47	1.375.436,52
Outros Pagamentos Extra orçamentários	0,00	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	7.516.438,01	7.480.620,17
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.516.438,01	7.480.620,17
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	19.406.132,92	18.731.133,47



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2022.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Variações Patrimoniais Aumentativas

Variações Patrimoniais Aumentativas	2022	2021
Contribuições	5.394.945,55	5.708.410,63
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	942.960,26	1.192.271,92
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	591.869,49	355.550,63
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	469.306,44	139.286,09
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	7.399.081,74	7.395.519,27

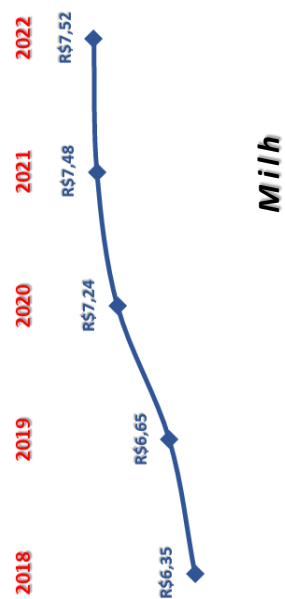
Variação Patrimonial Diminutiva

Variações Patrimoniais Diminutivas	2022	2021
Pessoal e Encargos	5.013.497,12	4.684.815,19
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	99.145,58
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.542.789,27	1.354.918,80
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.318,76	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	2.182.103,72	350.299,07
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	1.442.252,82	0,00
Tributárias	10.513,88	1.866.224,24
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	436.000,02	291.118,87
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	10.628.475,59	8.646.521,75
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	(3.229.393,85)	(1.251.002,48)



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA 2022.

Nossa demonstração dos fluxos de caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços. As aplicações financeiras estão representadas por depósitos em cardeneta de poupança em instituições financeiras oficiais de primeira linha. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.



FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021
Ingressos	10.747.707,31	10.667.291,43
Receitas derivadas e originárias	9.372.971,13	10.667.291,43
Transferências correntes recebidas	0,00	0,00
Outros Ingressos operacionais	1.374.736,18	1.367.256,77
Desembolsos	10.661.307,47	9.799.714,54
Pessoal e demais despesas	10.661.307,47	9.799.714,54
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Transferências concedidas	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	86.399,84	867.576,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	220.100,00	0,00
Alienação de bens	220.100,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Desembolsos	270.682,00	631.147,50
Aquisição de ativo não circulante	270.682,00	631.147,50
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	50.582,00	-631.147,50



FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos		
Operações de crédito		0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes		0,00
Transferências de capital recebidas		0,00
Outros ingressos de financiamentos		0,00
Desembolsos		
Amortização /Refinanciamento da dívida		0,00
Outros desembolsos de financiamentos		0,00
<i>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</i>		0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	35.817,84	236.429,39
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	7.480.620,17	7.244.190,78
Caixa e Equivalente de caixa final	7.516.438,01	7.480.620,17



PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS

O Coren-PB é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento. O Conselho está se adequando para a constituição das provisões baseadas na estimativa de seu corpo jurídico que está em processo de levantamento das probabilidades das demandas.

NATUREZA DAS CONTINGÊNCIAS

O Coren-PB é parte envolvida em processos cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências serão constituídas considerando a estimativa realizada pelo corpo jurídico, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos for avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito que altere significativamente o Patrimônio Líquido do Conselho.

PERDAS POSSÍVEIS, NÃO PROVISIONADAS NO BALANÇO

Em 31 de dezembro de 2022, não foram computados decorrentes de causas cíveis, cuja avaliação do corpo jurídico da Entidade aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

PARTES RELACIONADAS

O Conselho em 31 de dezembro de 2022 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza. Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do Coren-PB, tratando-se de cargos honoríficos.



SEGUROS

Nós adotamos uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza das atividades e a orientação de nosso corpo jurídico. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2021, é assim demonstrada:

ITEM	TIPO DE COBERTURA	IMPORTÂNCIA SEGURADA
<i>Veículos</i>	Incêndio, roubo e colisão para 02 veículos	153.790,00

Relacionamento com os auditores independentes

A auditoria do Coren-PB subordina-se a diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Enfermagem- COFEN, órgão central de controle do Sistema COFEN /Conselhos Regionais. No decorrer do exercício de 2022 não foi contratado auditoria independente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Ativo Circulante

NOTA 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são mensuradas e estão demonstradas pelo valor original na data do Balanço Patrimonial. Inclui numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras em caderneta de poupança.



DISPONÍVEL	2022	2021
<i>Bancos Conta Movimento</i>	7.516.438,01	7.480.620,17

NOTA 2 Créditos a Receber

Os Créditos a Receber se referem a valores de anuidades, que se encontram em aberto até o exercício de 2021 em cobrança Administrativa. São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida.

Créditos de Curto Prazo

Estão representados pelos saldos a receber dos valores de anuidades, acrescidos de Juros, Atualização Monetária e Multa do exercício de 2022 e 2021 que se encontram em cobrança Administrativa.

CRÉDITOS A RECEBER	2022	2021
Anuidades do Exercício	4.399.012,27	2.678.279,41



NOTA 3 – Estoques

		Saldo Inicial	Entradas	Saídas	Saldo Final
0-Produtos (Estoque para Consumo)		25.539,31	122.509,24	119.239,86	28.808,69
900115	MATERIAL DE CONSUMO	12.318,89	8.882,43	5.681,87	15.519,45
900116	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	533,15	3.300,20	3.826,48	6,87
900118	AUTOPEÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00
900121	MATERIAL DE EXPEDIENTE	12.687,27	23.744,00	23.148,90	13.282,37
900122	MATERIAIS A CLASSIFICAR	0,00	0,00	0,00	0,00
1-Bens Móveis - Investimentos		1.262.742,80	270.682,00	636.289,83	897.134,97
900004	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10.842,76	0,00	5.623,04	5.219,72
900009	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	5.813,90	12.780,00	3.483,00	15.110,90
900024	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	47.951,67	0,00	11.571,97	36.379,70
900025	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	241.202,12	209.520,00	71.805,85	378.916,27
900028	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS		43.282,00	6.902,30	36.379,70
900030	MOBILIÁRIO EM GERAL	258.722,06	5.100,00	26.248,39	237.573,67
900033	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	34.221,29	0,00	456,28	33.765,01
900036	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	662.590,00	0,00	508.800,00	153.790,00
900046	OUTROS BENS MÓVEIS	1.399,00	0,00	1.399,00	0,00
Total Geral		2.576.564,22	699.799,87	1.424.476,77	1.851.887,32

Nossos estoques são formados basicamente com despesas de almoxarifado.



NOTA 4 Dívida ativa Executiva

Estão representados pelo saldo a receber dos valores de anuidades, multas de infrações, que se encontram em aberto até o exercício de 2021 e 2020 acrescidos de atualização monetária, multa e juros, inscritos em Dívida Ativa Executiva.

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – EXECUTIVA	2021	2020
<i>Dívida Ativa PF</i>	10.116.402,28	9.791.409,59

NOTA 5 Imobilizado

Os bens móveis e imóveis estão demonstrados ao custo reavaliado em 20/05/2017 atendendo a NBC T SP 16.9 e 10. Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, *quando aplicável*, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades são reconhecidos no ativo imobilizado quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver previsibilidade das campanhas. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

Fonte: Unidade de Contabilidade



Os bens móveis e imóveis registrados no ativo imobilizado passaram pelo processo de reavaliação no exercício de 2017, em atendimento ao que determina as NBCASP, que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, da amortização e da exaustão; e estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

NOTA 06 – Fornecedores

FORNECEDORES	2022	2021
<i>Produtos e Serviços</i>	23.531,94	83.183,56

Fornecedores

As despesas empenhadas, liquidadas e não pagas até o dia 31 de dezembro, foram apropriadas no grupo de Fornecedores, pois se referem a aquisições de materiais ou prestação de serviços incorridos no próprio exercício atendendo ao princípio da competência.

	2022	2021
<i>FORNECEDORES NACIONAIS</i>	87.201,56	63.029,41
<i>Restos a Pagar do Exercício</i>	53.515,36	12.100,84
<i>Restos a Pagar - anos anteriores</i>	12.100,84	20.261,66



Apuração do Resultado

Nota 07 Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial é apurado com base no regime de competência da receita e das despesas, escrituradas no subsistema patrimonial, atendendo à NBC T SP 16.5.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	2022	2021
<i>Variações Aumentativas</i>	7.399.081,74	7.395.519,27
<i>Variações Diminutivas</i>	10.628.475,59	8.646.521,75
<i>Resultado Patrimonial do Exercício</i>	(3.229.393,85)	(329.095,25)



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO 2022



O Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba (COREN/PB) possui o compromisso com a integridade de seus atos, o que direciona a Autarquia na busca de melhores práticas para transparência e utilização dos recursos públicos.

Nesse cenário, o COREN/PB empenhou-se para atender as recomendações do Tribunal de Contas da União.

As informações foram coletadas junto a secretaria da Presidência do Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba, bem como coletadas pelos responsáveis

departamentais do órgão fiscalizatório e através de reuniões com a alta administração. Além disso, foram utilizadas informações do relatório anual disponibilizado pelos departamentos, dados inseridos no portal da transparência e divulgados através das redes sociais do Conselho de Enfermagem.

O relatório buscou além de apresentar as informações exigidas pelo TCU, apresentar a sociedade os resultados dos serviços prestados pelo Conselho por parte da gestão, fiscalização, departamento de registro e cadastro, licitação, processo ético, procuradoria entre outros.

A construção coletiva do documento em tela permitiu o desenvolvimento de um texto conciso e objetivo com a utilização de uma linguagem simples e clara, para facilitar a leitura e compreensão dos temas apresentados.

José Ronyere de Freitas Lima

Controlador Geral do Coren-PB